INFORMS

INFORMATIVO MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO COM AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DOS SETORES PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

Edição 199/2023
Data: 07/12/2023

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP) ***4***
AG-FIPS DÁ ANDAMENTO A OBRAS DE TRÊS LINHAS FÉRREAS DO PORTO DE SANTOS 4
CALOR EXTREMO É DESAFIO PARA CARGAS NO PORTO DE SANTOS 5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS ***7***
INSTITUCIONAL - MATURIDADE E EMPODERAMENTO REGULATÓRIO DA ANTAQ SÃO DESTAQUES EM EVENTO DA FGV ... 7
BE NEWS – BRASIL EXPORT ***8***
EDITORIAL – TRANSPORTES E SUSTENTABILIDADE 8
NACIONAL - HUB – CURTAS 8
Itaqui *8*
Novo secretário *9*
Guarda Portuária *9*
Sem acordo *9*
Escala e licença *9*
NACIONAL - BNDES VAI INVESTIR R$ 8,5 BILHÕES EM INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL 9
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEFENDE TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA COP 28 10
REGIÃO SUL - CHEGADA DE PLATAFORMA MOVIMENTA PROFISSIONAIS E EMPRESAS NO RS 10
REGIÃO SUL - PORTOS RS CONCLUI PRIMEIRA SEMANA DA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO EM RIO GRANDE 12
REGIÃO SUDESTE - PORTO HACK SANTOS 2023 ACONTECE NO PRÓXIMO FINAL DE SEMANA 13
MERCOSUL - ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE MERCOSUL E SINGAPURA DEVE SER FIRMADO NESTA QUINTA-FEIRA .. 14
PORTUGAL - PORTO DE SETÚBAL APRESENTA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 15
NACIONAL - MINISTÉRIO NOMEIA NOVO SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS 15
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP ***16***
APS REALIZA CAMPANHA DE DIAGNÓSTICO POPULACIONAL DE POMBOS DOMÉSTICOS NO PORTO DE SANTOS 16
PRATICAGEM DO BRASIL ELEGE NOVA DIRETORIA PARA 2024-2025 17
AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA PORTOS DO PARANÁ SÃO APRESENTADAS NA COP28 17
JORNAL O GLOBO – RJ ***18***
PETROBRAS REDUZ PREÇO DE DIESEL PARA DISTRIBUIDORAS 18
AÇÕES DA SABESP (SBSP3) TÊM QUEDA APÓS PRIVATIZAÇÃO SER APROVADA PELA ALESP 19
APÓS ENCONTRO COM PACHECO, HADDAD CRITICA ZEMA POR RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DE MINAS GERAIS: 'O GOVERNADOR NÃO AJUDA' 21
BRASIL EXIGE VISTO PARA TRIPULANTES, E EMPRESAS AÉREAS ESTRANGEIRAS TEMEM CAOS NA ALTA TEMPORADA 22
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP ***23***
POR QUE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ESTÃO TENDO BOM DESEMPENHO ESTE ANO? ENTENDA EM QUATRO GRÁFICOS 23
SIDERÚRGICA APERAM SUSPENDE INVESTIMENTO NO BRASIL E CULPA EXCESSO DE AÇO IMPORTADO DA CHINA 25
MERCOSUL E UE ANUNCIAM AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES E ESPERAM CONCLUIR ACORDO RAPIDAMENTE 26
SABESP: 'VAMOS APROVAR TUDO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024', DIZ CHEFE DA CASA CIVIL DE TARCÍSIO 27
VALOR ECONÔMICO (SP) ***29***
WILSON SONS MOVIMENTA 100,6 MIL CONTÊINERES EM NOVEMBRO, ALTA ANUAL DE 39,3% 29
SETOR ESPERA INCENTIVO À NEOINDUSTRIALIZAÇÃO VERDE 30
USOS VÃO DE REFINARIA DE PETRÓLEO E SIDERÚRGICAS A COMBUSTÍVEL DE AVIÃO 32
PORTO DE SANTOS TEM ATRASOS E CAUSA PREJUÍZOS 32
TCU APROVA RENOVAÇÃO ANTECIPADA DE TERMINAL DA BTP NO PORTO DE SANTOS 32
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO ***34***
CONSELHO DO GOVERNO FEDERAL PUBLICA RESOLUÇÃO QUE REVOGA PRIVATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SANTOS 34
AGÊNCIA BRASIL - DF ***35***
BLOCOS OFERTADOS PELA ANP AMEAÇAM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DIZ ESTUDO 35
HADDAD E PACHECO PEDIRÃO À JUSTIÇA PRAZO EXTRA PARA MINAS PAGAR DÍVIDA 36
PORTAL PORTOS E NAVIOS ***38***
COSCO REALIZARÁ RETROFITS DE METANOL PARA SEUS NAVIOS 38
PORTO ITAPOÁ RECEBE NOVO GUINDASTE PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES 39
LOCAR PASSA A UTILIZAR O VESSEL INSIGHT DA KONGSBERG DIGITAL 39

CMA CGM TERIA MUDADO ENCOMENDA E PORTA-CONTÊINER METANOL PARA GNL 40
ANP DETERMINA MEDIDA CAUTELAR PARA PLATAFORMA P-62 POR QUESTÕES DE SEGURANÇA 40
HIDROVIAS DO BRASIL PASSA A INTEGRAR O FÓRUM EMPRESAS COM REFUGIADOS 41
ALFA LAVAL FORNECERÁ SISTEMA PARA A MAERSK EM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PARA METANOL 42
PRIMEIRO GRANDE NAVIO A METANOL DA MAERSK ENTRARÁ EM OPERAÇÃO EM FEVEREIRO 42
PRODUÇÃO DE GRÃOS DEVE ATINGIR 312 MILHÕES DE TONELADAS 43
BNDES IDENTIFICA POTENCIAL PARA NOVOS TUPS ENTRE 2030 E 2040 44
EBNS CONTINUAM A RELATAR ENTRAVES NO RESSARCIMENTO DO AFRMM 46
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA 46
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM 46

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AG-FIPS DÁ ANDAMENTO A OBRAS DE TRÊS LINHAS FÉRREAS DO PORTO DE SANTOS

Cessionária da Ferrovia Interna do Porto de Santos investirá R$ 1 bilhão para ampliar capacidade em cinco anos

Por: Bárbara Farias

Projeto prevê 13 obras estruturantes, decisivas para ampliar a movimentação de carga das atuais 51 milhões de toneladas para 115 milhões Foto: Alexsander Ferraz

A Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-Fips) deu início às primeiras obras estruturantes previstas no contrato firmado com o Governo Federal para operação ferroviária. As três linhas férreas do Pátio do Macuco já estão em andamento. A nova cessionária completou dois meses de operação no último dia 1º.

“As três linhas do Pátio do Macuco atenderão o cluster de celulose, na Margem Direita, e o Pátio de Conceicãozinha, que atenderá terminais da Margem Esquerda do Porto”, afirmou o presidente da Ag-Fips, João Almeida.

Outra obra encaminhada é a pera ferroviária, que é estratégica. A preparação para o início das obras já havia sido adiantada por A Tribuna em novembro.

“Os trâmites para início da obra já foram iniciados, com empreiteira mobilizada e canteiro de obras sendo implantado, e, pela análise prévia, ela deve ser finalizada até o início de 2026, com possíveis ajustes no cronograma (antecipação ou prorrogação), como em qualquer obra desse porte”, explicou Almeida.

Com dois meses de operação, João Almeida faz um balanço positivo da infraestrutura atual da Ferrovia Interna do Porto de Santos. “Apesar das chuvas intermitentes durante o mês de outubro, o balanço é positivo. A transição de gestão foi realizada com êxito, sem impacto nas operações”. Nos últimos dois meses, foram movimentadas cerca de oito milhões de toneladas, de acordo com a AG-Fips.

“A Fips tem uma boa malha ferroviária, resultado dos investimentos feitos nos últimos anos pela gestão anterior. Com os novos investimentos a serem realizados pela Fips, temos certo de que o sistema ferroviário do Porto de Santos será melhorado”, disse Almeida. A Fips era operada pela Portofer até 30 de setembro.

2024

Perguntado sobre as obras que começarão a partir de janeiro, Almeida disse que “os cronogramas serão definidos junto com a Autoridade Portuária de Santos (APS). Estamos realizando levantamentos técnicos para a elaboração de projetos conceituais e o cronograma será alinhado a partir destas definições.

Entretanto, a capacidade de carga transportada deverá permanecer a mesma ainda no próximo ano. “Temos a expectativa de movimentar cerca de 51 milhões de toneladas em 2024”.

Conforme o contrato, a empresa deverá investir em torno de R$ 1 bilhão em cinco anos em obras estruturantes a fim de ampliar a capacidade de movimentação de carga das atuais 51 milhões de toneladas para 115 milhões.

O projeto engloba 13 obras, entre as intervenções previstas estão o pátio ferroviário entre Canal 4 e Ponta da Praia com três vias férreas para atendimento aos terminais de celulose, viadutos para eliminação de passagens em nível, passarelas de pedestres e a pera ferroviária.

Sobre o cronograma de obras, as “definições estão em tratativas e seguirão o que está pactuado no contrato de cessão”, afirmou Almeida.

Cessão

A Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos é uma sociedade de propósito específico (SPE), formada pelas empresas Rumo Logística, MRS Logística e VLI.

O contrato de cessão foi firmado em 16 de dezembro de 2022 com o então Ministério da Infraestrutura pelo prazo de 35 anos, prorrogáveis por igual período, para gestão, operação, manutenção e expansão da ferrovia interna do Porto santista.

As operações iniciaram em 1º de outubro, quando a primeira locomotiva da Fips entrou em operação, um dia após a assinatura do distrato entre a Portofer Transporte Ferroviário e a APS.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 07/12/2023

CALOR EXTREMO É DESAFIO PARA CARGAS NO PORTO DE SANTOS

Altas temperaturas registradas desde o mês passado podem comprometer armazenagem de grãos
Por: Ted Sartori

Altas temperaturas registradas desde o mês passado podem comprometer armazenagem de grãos Foto: Silvio Luiz

O calor extremo desafia a logística portuária e causa impactos em determinadas cargas. Além disso, as altas temperaturas têm como consequência chuvas mais fortes - que são responsáveis por problemas que afetam toda a cadeia produtiva que desemboca no Porto de Santos, maior complexo do Hemisfério Sul.

“Do ponto de vista da logística portuária, os efeitos do calor anormal são percebidos principalmente nas superfícies de paredes e telhados, nas chapas dos contêineres, na cabine dos veículos que transportam cargas e no interior dos armazéns que guardam as cargas em temperatura ambiente”, explica o consultor portuário e diretor da V2PA Engenharia e Consultoria, Marcos Vendramini.

Os sistemas de refrigeração são responsáveis por mitigar os efeitos. “Os contêineres que armazenam produtos cuja temperatura deve ser controlada são especiais e providos de sistema de refrigeração. Dessa forma, o efeito nesses tipos de carga é solucionado com o aumento da refrigeração, com os consequentes custos (energia elétrica ou combustível para aqueles alimentados por motores). Ou seja, a solução é basicamente econômica”, detalha o consultor portuário.

Preocupações

Já o calor que incide sobre cargas armazenadas em temperatura ambiente, pode causar uma degradação do produto – ainda que insignificante. “Por outro lado, as chuvas resultantes de tais temperaturas extremas podem causar danos piores que o calor”, adverte Vendramini.

O consultor portuário lembra que a maioria dos sistemas de drenagem portuária foi concebida e implantada há mais de 60 ou 70 anos, com diâmetros inferiores aos que hoje seriam necessários, uma vez que foram projetados para as chuvas da época - menores do que as que têm ocorrido com as mudanças climáticas. “E em uma sociedade que ainda pouco utilizava os materiais sintéticos, como as sacolas plásticas, tão comuns nos bueiros das cidades”, completa.

As chuvas paralisam o embarque de granéis sólidos vegetais e minerais, provocam o alagamento de vias e, por consequência, a dificuldade e a demora de escoamento, interrompendo ou tornando moroso o tráfego de veículos, explica Vendramini.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos (Sindicam), Luciano Santos de Carvalho, está preocupado em razão da subida crescente das temperaturas. Para evitar que cargas fiquem paradas, ele pede fiscalizações por parte das autoridades em relação aos caminhões que vêm para a região sem agendamento.

Para Vendramini, no caso dos granéis líquidos, com o maior calor incidente nas chapas e tetos dos tanques, pode ocorrer aumento da taxa de evaporação. “Embora nada muito significativo e normalmente solucionado com os dispositivos existentes nos tetos dos tanques para efetuar tal controle”, observa Vendramini.

Pontos de vista

O CEO da T-Grão Cargo Terminal de Granéis, Vinícius Pina, reforça que condições climáticas extremas trazem impactos à cadeia produtiva e amplificam os desafios de se exportar grãos de origem vegetal, como são os casos da soja e do milho.

“Quando falamos de Porto, certamente o desafio não se refere à refrigeração como outras cargas, mas sim à manutenção das condições dos grãos, pois cenários de secura podem trazer situações de perda de qualidade. O grão seco não produz óleo como deveria, perdendo valor comercial e até o inviabilizando”, afirma. “Também traz maior atenção e investimentos em componentes de controle de temperatura dos equipamentos que, em atividade permanente somado ao ambiente externo muito quente, pode causar danos envolvendo aquecimentos, causando quebras e, em alguns casos, até incêndios pontuais”, emenda. A T-Grão, por exemplo, conta com células de armazenagem verticais, preservando a qualidade dos grãos tanto nos controles de temperatura quanto no manuseio.

Os problemas, porém, muitas vezes começam na zona produtiva, com queimadas arruinando plantações e equipamentos. E não é só. “Também devido à armazenagens, algumas vezes não tão adequadas. É como ter pilhas de produtos ao ar livre. Isso faz com que o produtor perca muita umidade do produto, item de relevância na formação do preço da saca e, consequentemente, busque artifícios para compensar isso, muitas vezes jogando água, literalmente”, detalha.

Entre os terminais de contêineres, a BTP afirmou, em nota, que não evidenciou qualquer interferência por parte de temperaturas extremas no processo operacional. A empresa alegou que ventos e marés podem interferir nas operações, mas o calor não impacta diretamente.

A DP World, Ecopátio e Santos Brasil não responderam aos questionamentos da Reportagem.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 07/12/2023

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTITUCIONAL - MATURIDADE E EMPODERAMENTO REGULATÓRIO DA ANTAQ SÃO DESTAQUES EM EVENTO DA FGV

Evento sobre regulação promovido pela FGV contou com especialistas e juristas que atuam no setor aquaviário

Brasília 06/12/2023 - Empoderamento regulatório, aumento nas atribuições e capacidade de mediação de conflitos. Esses foram os tópicos defendidos pelos diretores da Agência Nacional de Transportes Auquaviários (ANTAQ), Wilson Lima Filho e Alber Vasconcelos, durante o Regulation Week.

O evento, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acontece ao longo de toda a semana tratando de aspectos da regulação nacional e internacional com especialistas e juristas brasileiros e estrangeiros. Foram abordados temas relacionados aos setores regulados de Petróleo e Gás, Seguros e Previdência, Infraestrutura Aeroportuária, Ferrovias e Portos.

o diretor Alber Vasconcelos falou da maturidade adquirida ao longo dos anos pela ANTAQ na mediação de conflitos do setor

Nesta quarta-feira (6), dois painéis contaram com a presença dos diretores. O primeiro a discursar foi o diretor Wilson Lima Filho no painel: “10 anos da Lei nº 12.815/2013: experiências, desafios e perspectivas”.

Durante a sua fala, o almirante afirmou que a Lei, conhecida como Lei dos Portos, trouxe maior força para atuação da ANTAQ na regulação de todo o setor aquaviário. Defendeu ainda que a Agência seguirá debatendo com o setor na busca de melhorias no regulamento.

“Vejo com muito bons olhos essa Lei que empoderou a ANTAQ, mas em contrapartida trouxe muito mais responsabilidade e aumento de atribuições para Autarquia. Mas sinto que estamos preparados para todos os desafios futuros que ela trouxer e seguimos escutando o setor regulado para buscar atuar tanto na melhoria quanto na instituição dessa Lei que é um sucesso”, disse.

Logo depois foi a vez do diretor Alber Vasconcelos discursar durante o painel “Meios alternativos de solução de conflitos no setor portuário”. Em sua fala, Alber fez questão de defender a maturidade regulatória da ANTAQ na mediação de conflitos.

Segundo o diretor, desde a sua criação, a Agência vem trabalhando como mediadora de conflitos dentro do setor. Também advogou em favor da Resolução 98/2023-ANTAQ, publicada no dia 31 de maio de 2023, que estabelece os procedimentos administrativos para resolução de conflitos entre os agentes do setor regulado pela ANTAQ.

“Esta resolução traz maior segurança jurídica para questões que já são praticadas dentro da Agência. Desde a sua origem, a ANTAQ vem se comportando como uma mediadora de conflitos e praticando, sem nomear, certa arbitragem. Basta lembrar que temos 35 Portos Organizados, 226 Terminais de Uso Privado (TUPs) e mais de 1200 Empresas Brasileiras de Navegação. Ou seja, são diversos conflitos que já mediamos”, falou.

Alber apresentou também a quantidade de processos deliberados pela Diretoria Colegiada mostrando que o novo formato composto por cinco diretores, trouxe celeridade e segurança para o setor.

“Estamos terminando o ano com quase 800 processos deliberados, sendo 0,03% deles judicializados. Isso demonstra o grau de maturidade e segurança decisória da ANTAQ. Mas seguimos escutando todo o setor regulado em busca de melhorias”, afirmou.
Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 06/12/2023

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – TRANSPORTES E SUSTENTABILIDADE
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O compromisso expresso pelo subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, na COP28, em Dubai, evidencia a crescente importância do desenvolvimento sustentável no cenário da infraestrutura brasileira. Destacando que é imperativo conciliar desenvolvimento, proteção do clima e direitos das pessoas, Benevides sinaliza uma mudança de foco crucial para o setor.

Com base nos mesmos critérios, o secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, ressalta a necessidade de investir em modais menos poluentes, como as ferrovias, que representam atualmente 17% do transporte de carga no país. O Plano Nacional de Logística visa aumentar essa participação para 34,6% até 2035, oferecendo não apenas eficiência operacional, mas também um avanço ambiental significativo, dado que o transporte ferroviário emite apenas 5% de CO2.

Em meio ao avanço dos investimentos em infraestrutura de transportes, é crucial que o Governo priorize opções sustentáveis. Desenvolver modais menos poluentes, como ferrovias e hidrovias, torna-se essencial para minimizar os impactos ambientais e promover uma infraestrutura de transporte mais eficiente e responsável.

A economia nacional deve ter suas demandas atendidas e a malha de transportes, ampliada a fim de escoar a produção brasileira sem prejudicar sua competitividade. Mas tais ações devem ser realizadas com o mínimo impacto ambiental. A sustentabilidade tem de ser um critério essencial nesses processos. Não se trata apenas de uma demanda ideológica ou científica, mas do próprio mercado. Descartar tal valor, hoje, é colocar em risco a viabilidade de um projeto e, até mais, o próprio futuro da sociedade brasileira.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS
Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ITAQUI
Após a viagem para acordos bilaterais na Arabia Saudita, o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, retoma a agenda com o setor portuário em Brasília. Na quarta-feira, dia 6, ele se reuniu com o presidente do Porto do Itaqui (MA), Gilberto Lins, para discutir projetos e ações do terminal portuário.

NOVO SECRETÁRIO

O diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, Alex Ávila, foi promovido a secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários. A nomeação saiu na edição de hoje do Diário Oficial. Ex-diretor da Portos do Paraná e da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), ele preside os conselhos de Autoridade Portuária (CAP) de Antonina e de Paranaguá, ambos no Paraná.

GUARDA PORTUÁRIA

O Sindicato da Guarda Portuária do Rio de Janeiro (Sindguapor-RJ) também esteve na sede do Ministério de Portos para tratar das demandas dos trabalhadores do local com Silvio Costa Filho. O encontro foi mediado pela deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) e contou com a presença de Sérgio Gianetto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Rio de Janeiro e atual presidente da Federação Nacional dos Portuários.

SEM ACORDO

Segundo o sindicato, o movo da reunião foi para tratar do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que está em atraso desde junho. Segundo o Sindguapor, não houve acordo com a PortosRio, Autoridade Portuária gestora dos portos do Rio de Janeiro, de Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

ESCALA E LICENÇA

“A reunião com o Ministro de Portos e Aeroportos foi muito positiva e nos garantiu resolver ainda este ano os pontos divergentes para a assinatura do nosso ACT. Dentre esses pontos, ficou garantida a manutenção da nossa escala de serviço atual (12x24 e 12x72) e os cinco dias de licença remunerada”, informou o sindicato.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

NACIONAL - BNDES VAI INVESTIR R$ 8,5 BILHÕES EM INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL

Segundo o Governo, acordos com o Banco do Brics vão resultar em recursos para projetos de combate às mudanças climáticas

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia de assinatura do acordo com o banco do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul Crédito: Divulgação/MDIC

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou na quarta-feira, dia 6, dois contratos com o New Development Bank (NDB), conhecido como Banco do Brics, no valor de US$ 1,7 bilhão (R$ 8,5 bilhões) para projetos de combate às mudanças climáticas e investimentos em infraestrutura sustentável. O Brics é o bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia de assinatura, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e da ex-presidente Dilma Rousseff.

Os recursos já tiveram seu empréstimo aprovado pelo Senado Federal e podem ser usados pelo BNDES para financiar investimentos dos setores público e privado em todo o território nacional para apoiar a transição para a economia de baixo carbono e a agenda do clima.

A verba de US$ 1,2 bilhão para investimentos em infraestrutura sustentável poderá contemplar projetos de energia renovável, transporte e logística, saneamento, mobilidade urbana, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e infraestrutura social, com foco em educação e saúde. O prazo é de 24 anos para a operação que prevê que até 30% dos recursos sejam utilizados pelo BNDES para financiamento de debêntures nos setores definidos.

Os projetos referentes à agenda de redução de emissões de gases do efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas terão o investimento de US$ 500 milhões voltados a áreas como mobilidade urbana sustentável, resíduos sólidos, energias renováveis, equipamentos eficientes, cidades sustentáveis e florestas nativas. Nesse caso, o prazo para utilização dos recursos é de 11 anos e seis meses.

Os projetos devem seguir as políticas operacionais do BNDES e serão avaliados com base em indicadores como redução de emissões de CO2 equivalente e quantidade de pessoas beneficiadas com acesso a saneamento, mobilidade urbana e infraestrutura social.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEFENDE TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA COP 28

Representantes da pasta falaram sobre o assunto durante painel da conferência do clima em Dubai
Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br

O subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, afirmou que o desenvolvimento sustentável está entre as prioridades do setor de infraestrutura brasileira. Ele deu essa declaração durante o painel “Transição Ecológica e Infraestrutura de Transportes”, na Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes.

“O Ministério dos Transportes tem uma série de ações que recolocam a infraestrutura brasileira nessa pauta. É preciso conciliar desenvolvimento, proteção do clima e garantia do direito das pessoas”, disse.

Para Leonardo Ribeiro, secretário nacional de Transportes Ferroviários, é necessário o investimento no modal como um dos menos poluentes. “Esse modelo representa 17% do transporte de carga do país, mas o Plano Nacional de Logística prevê que esse número chegue a 34,6% até 2035, o que será um avanço ambiental significativo, já que o transporte ferroviário emite somente 5% de CO2”, disse.

Público e privado

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz, lembrou que o desafio da transição ecológica é tanto para o setor privado quanto para o setor público. “É preciso discutir o assunto em rede, por isso este encontro na COP28 é um marco. E neste ano o presidente Lula tomou uma decisão muito relevante no orçamento do Novo PAC, que foi colocar a agenda de sustentabilidade como algo central nas discussões: o termo transporte está associado às palavras “eficiente e sustentável”, finalizou.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

REGIÃO SUL - CHEGADA DE PLATAFORMA MOVIMENTA PROFISSIONAIS E EMPRESAS NO RS

Operação para desmanche da embarcação P-32 vai gerar mais de 200 empregos
Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

O trabalho envolve mais de dois meses de preparação para que a plataforma P-32, que tem mais de 40 mil toneladas, desloque-se em segurança até o dique do Estaleiro Rio Grande Foto: Divulgação/Agência Petrobras

Uma operação complexa vai movimentar toda a região do Porto do Rio Grande nesta semana. Dezenas de profissionais de diferentes órgãos e empresas vão participar dos trabalhos para a chegada da plataforma P-32, que chegará até a próxima sexta-feira (8) ao Estaleiro Rio Grande, onde será desmantelada.

O trabalho envolve mais de dois meses de preparação para que a embarcação, que tem mais de 40 mil toneladas, desloque-se em segurança até o dique do Estaleiro. Os esforços unem a Portos RS, a Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, Marinha do Brasil, Praticagem da Barra e diversas empresas.

“É um dos movimentos mais complexos que já tivemos na região. Inclusive, o acesso ao canal do Porto de Rio Grande ficará interrompido por algumas horas. Estamos tomando todas as medidas para que a operação seja concluída com máxima segurança”, afirmou o gerente de planejamento e desenvolvimento da Portos RS, Fernando Estima.

Segundo a Autoridade Portuária, entre 60 e 70 pessoas estarão envolvidas no deslocamento da P-32, entre profissionais de praticagem e equipes de solo. Para a chegada da plataforma, foram implementadas medidas estratégicas como o monitoramento em tempo real da correnteza oriunda da Lagoa dos Patos.

A embarcação chega ao Estaleiro Rio Grande para ser totalmente desmantelada, sendo a maior unidade marítima a passar por esse processo no país. A plataforma foi adquirida pela Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, que contratou a Ecovix, proprietária do estaleiro, para a desmontagem.

No trabalho, que levará cerca de um ano, a sucata metálica será utilizada como matéria-prima pela Gerdau para produção de aço em suas usinas de Charqueadas (RS) e Sapucaia do Sul (RS). Outros materiais serão enviados para descarte seguro, com praticamente 100% da unidade sendo reciclada, em um processo ambientalmente responsável.

Mais de 200 vagas de emprego serão geradas com a operação de desmontagem da embarcação.

“É um enorme avanço para toda a região, que se coloca numa condição ímpar no setor naval, contribuindo com a geração de empregos, renda e colocando Rio Grande como referência na destinação sustentável de plataformas”, comentou Estima.

Além da P-32, a plataforma P-33 será desmantelada no estaleiro. O resultado do leilão foi anunciado no mês passado, com a Gerdau como vencedora do certame.

A embarcação deve chegar em meados de 2024 e, assim como vai ocorrer com a operação da P-32, o processo levará cerca de um ano, com a geração de 200 empregos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

REGIÃO SUL - PORTOS RS CONCLUI PRIMEIRA SEMANA DA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO EM RIO GRANDE

Draga Utrecht trabalha no canal de acesso ao complexo gaúcho 24 horas por dia
Por CÁSSIO LYRA ***cassio@portalbenews.com.br***

Até o momento, foram realizados em média nove ciclos de dragagem por dia, o que representa a retirada diária de cerca de 45 mil metros cúbicos de sedimentos Fotos: Divulgação/Portos RS

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos do Rio Grande do Sul, concluiu a primeira semana dos serviços de dragagem de manutenção do canal de acesso ao Complexo de Rio Grande. Os trabalhos seguem o cronograma previamente estabelecido, com a retirada dos sedimentos acontecendo por setores.

De acordo com a Autoridade Portuária, a draga Utrecht, da empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas, vencedora da licitação, trabalha 24 horas por dia desde o início da obra.

Segundo a Diretoria de Infraestrutura da Portos RS, até a última segunda-feira (4), já haviam sido realizados 38 ciclos de dragagem no canal de navegação.

Cada ciclo é composto pela retirada dos sedimentos do trecho estabelecido e todo o caminho de ida e volta percorrido pela embarcação até o sítio de despejo autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), distante 17 km da costa.

Até o momento, foram realizados em média nove ciclos de dragagem por dia, o que representa a retirada diária de cerca de 45 mil metros cúbicos de sedimentos. Esses números levam em consideração o trecho em que o trabalho está sendo executado, porém podem variar de acordo com o avanço do processo.

Segunda etapa

Serão investidos R$ 94,5 milhões e serão contempladas pela dragagem as áreas dos canais externo, interno e do Porto Novo. A estimativa da Autoridade Portuária é que os trabalhos sejam executados em 80 dias.

A quantidade de material que será retirado foi estabelecida por meio de uma batimetria prévia que auxiliou no planejamento da obra. O sedimento dragado será descartado em área licenciada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o monitoramento desse sedimento sendo feito pelo sistema SiMCosta.

Junto ao contrato assinado para a execução da obra está incluída a realização do monitoramento da qualidade da água, o qual teve início no último dia 16, marcando o pré-dragagem, e seguirá ao longo de todo o processo.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTO HACK SANTOS 2023 ACONTECE NO PRÓXIMO FINAL DE SEMANA

50 alunos do Camps vão participar da maratona tecnológica promovida pela Abtra
***Por CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br*

Os participantes vão se dividir em dez times e vão enfrentar dois principais blocos de desafios ambos focados na aplicação inovadora de chatbots com Inteligência Artificial Crédito: Divulgação

A GENTE ESTÁ APOSTANDO EM SOLUÇÕES DISRUPTIVAS, QUE DEVERÃO INTERESSAR ÀS NOSSAS ASSOCIADAS E BENEFICIAR TODA A COMUNIDADE SANTISTA. E PARA DAR SUPORTE ÀS EQUIPES NO DESENVOLVIMENTO DESSAS SOLUÇÕES, UM STAFF DE MENTORES, PROFISSIONAIS DAS NOSSAS EMPRESAS FILIADAS, VAI MONITORAR E AUXILIAR OS MARATONISTAS AO LONGO DE TODA A JORNADA"

ANGELINO CAPUTO
diretor-executivo da Abtra

No próximo final de semana, dias 9 e 10 de dezembro, acontece a 3ª edição da maratona tecnológica Porto Hack Santos 2023, realizada pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), com apoio de suas empresas filiadas e do Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional (Camps Santos).

A jornada terá ao todo 35 horas seguidas, a partir de sábado (dia 9), com 50 jovens de comunidades carentes e alunos do CAMPS Santos. Eles foram selecionados para, desde agosto passado, participar do curso preparatório em Inteligência Artificial e no desenvolvimento de soluções tecnológicas realizado pelo Instituto Amigu, organizador do evento.

"Esses jovens em situação de vulnerabilidade terão a chance de se inserir no mercado de trabalho portuário, enquanto as nossas associadas terão, por sua vez, a oportunidade de absorver esses trabalhadores iniciantes com encargos inferiores aos do mercado tradicional", comentou Angelino Caputo, diretor-executivo da Abtra.

Os participantes vão se dividir em dez times e vão enfrentar dois principais blocos de desafios, ambos focados na aplicação inovadora de chatbots com Inteligência Artificial.

Um desses blocos tem a ver com a melhoria da comunicação e da interação entre o porto e a comunidade, de modo a aprimorar a informação, educação e engajamento em torno das atividades portuárias. O outro bloco tem como objetivo otimizar e revolucionar os processos de comunicação e vendas nos terminais portuários e recintos alfandegados para melhorar a eficiência, transparência e satisfação do cliente.

"A gente está apostando em soluções disruptivas, que deverão interessar às nossas associadas e beneficiar toda a comunidade santista. E para dar suporte às equipes no desenvolvimento dessas soluções, um staff de mentores, profissionais das nossas empresas filiadas, vai monitorar e auxiliar os maratonistas ao longo de toda a jornada", acrescenta Angelino.

Ao final, no domingo (dia 10), uma banca de jurados composta de técnicos e de autoridades do setor vai avaliar as apresentações de cada um dos 10 times, conhecidas como 'pitches', e anunciar a solução campeã. A premiação é que cada integrante do time vencedor será contemplado com um notebook.

"Pela primeira vez, essa importante maratona de desenvolvimento tecnológico vai contar com a participação dos nossos jovens do Projeto Aprendiz do Futuro. Como o mundo vem passando por

mudanças cada vez mais aceleradas por inovações tecnológicas, é nossa obrigação, enquanto entidade formadora, capacitar nossos jovens para essa nova realidade. E principalmente, prepará-los para as novas exigências do mercado de trabalho", disse Elber Justo, presidente do CAMPS Santos.

Novidades

Nesta terceira edição, o Porto Hack Santos traz uma particularidade que reforça a agenda ESG (Responsabilidade Social, Ambiental e Governança) das empresas associadas da Abtra e do Porto de Santos. Essas empresas poderão garimpar os talentos que se destacarem na maratona, de forma a contratá-los como aprendizes e futuramente efetivá-los como funcionários.

Mostrando ter tudo a ver com a agenda da inovação e da sustentabilidade, o Porto Hack Santos 2023 também será um evento 'Carbono Neutro'. O executivo Conrado Bertoluzzi, do Instituto Via Green, responsável pelo projeto, diz que a ideia é fazer um inventário de todas as ações do evento responsáveis por emitir gases de efeito estufa.

"Elas envolvem, por exemplo, o consumo de energia elétrica e o volume de resíduos orgânicos, de plásticos e de vidro gerados ao longo do hackathon para, depois, a gente pensar em formas de promover a compensação ambiental na mesma proporção das emissões de CO2", explicou.

A abertura da maratona terá início às 9h. A cerimônia de premiação ocorrerá a partir das 17h30 no domingo (10). O Camps Santos está localizado na Avenida Washington Luis, 2, em Santos. Detalhes da programação podem ser encontrados no site do evento portohacksantos.com.br.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

MERCOSUL - ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE MERCOSUL E SINGAPURA DEVE SER FIRMADO NESTA QUINTA-FEIRA

Vice-presidente exaltou a parceria, prestes a ser assinada na cúpula do bloco sul-americano
Por PAULO JOSÉ RIBEIRO redacao@portalbenews.com.br

Segundo o vice-presidente Geraldo Alckmin, o acordo de livre comércio entre Mercosul e Singapura será a "maior fonte de exportações e investimentos da úlma década"

O vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, participou na quarta-feira (6) do primeiro dia da Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro. E segundo ele, o acordo entre Mercosul e Singapura, que deverá ter recorde amanhã nesta quinta-feira (7).

O Mercosul deve assinar um acordo de livre comércio com Singapura nesta quinta-feira (7). O anúncio foi feito pelo vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, nesta quarta-feira (6), durante sua participação no primeiro dia da Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro.

Alckmin afirmou aos representantes do bloco econômico que este acordo será a maior fonte de diversificação de exportações e investimentos da última década. "Envolve não apenas mercadorias, mas favorece investimentos, fluxos de tecnologia, serviços, movimento de pessoas e segurança jurídica", disse.

Ele ainda afirmou que o acordo será uma porta de entrada para investimentos asiáticos e para parcerias com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – bloco formado por países da região.

O acordo será o primeiro entre o Mercosul e um país asiático, o que fortalece os laços econômicos entre o bloco, o Brasil e a Ásia, segundo Alckmin. Nos últimos 12 anos, o Mercosul não firmou acertos com nenhum país de fora do continente. Desde a sua criação em 1991, apenas três países que não são da América do Sul fecharam acordos com o bloco: Israel, em 2007; Egito, em 2010, e Palestina em 2011.

SINGAPURA

O país é o segundo principal parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China. Somente em 2022, foram recebidos US$ 8 bilhões de exportações brasileiras. No mesmo ano, a balança comercial entre os dois países alcançou US$ 9,35 bilhões.

Singapura possui o segundo maior porto de contêineres do mundo e está entre os cinco maiores centros de refinamento de petróleo em termos globais, consolidando-se como um importante centro financeiro internacional.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

PORTUGAL - PORTO DE SETÚBAL APRESENTA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Projeto HUB2GREEN Setúbal e visa diversificar o negócio e a oferta de serviços logísticos
Por PAULO JOSÉ RIBEIRO redacao@portalbenews.com.br

O presidente da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), Carlos Correia, anunciou uma nova estratégia de desenvolvimento sustentável para o Porto de Setúbal, em Portugal. O anúncio ocorreu durante a quinta edição do Fórum Investir, Inovar e Descarbonizar, realizado pela Associação Industrial da Península de Setúbal (AISET), a aicep Global Parques e a APSS, no último dia 29 de novembro, dentro da programação em comemoração ao centenário do complexo portuário.

Segundo o presidente da APSS, o projeto HUB2GREEN Setúbal visa diversificar o negócio e a oferta de serviços logísticos para as indústrias e energias verdes, reduzindo custos por meio de investimento em inovação e aposta em novas tecnologias. A estratégia também pretende expandir a área de influência econômica através da articulação logística com o Porto de Lisboa.

“A APSS tem o objetivo de transformar o Porto de Setúbal num Hub Atlântico de nova geração com pegada ambiental mínima, digitalizado e automatizado, associado às cadeias de abastecimento verdes da próxima geração numa visão holística das questões econômicas, sociais e ambientais”, afirmou Carlos Correia.

Novas indústrias
Os participantes do seminário, que contou com stakeholders do setor e representantes das principais unidades industriais da Península de Setúbal, discutiram ainda os desafios das novas indústrias e o papel da inovação e da logística para o desenvolvimento do setor portuário da região.

A previsão dos investimentos industriais para a Península de Setúbal devem atingir cerca de 3 bilhões de euros durante os próximos anos. Os projetos abrangem as áreas de biocombustíveis, eólicas offshore, bioindústria, reparação naval sustentável, entre outros.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO NOMEIA NOVO SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS

Atualizado em: 7 de dezembro de 2023 às 12:25

***DA REDAÇÃO** redacao@portalbenews.com.br*

Alex Sandro de Ávila assume Secretaria Nacional de Portos / Foto: Arquivo pessoal

O Ministério de Portos e Aeroportos conta com um novo secretário de Portos e Transportes Aquaviários. Como já era esperado, Alex Sandro de Ávila, que estava à frente da Diretoria de Outorgas da pasta, foi promovido para o cargo. A portaria oficializando sua indicação para o cargo foi publicada na edição desta quinta-feira do Diário Oficial da União.

Ávila substitui Mariana Pescatori, que deixou o cargo na semana passada, ao ser nomeada como secretária-executiva do Ministério.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/12/2023

O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

APS REALIZA CAMPANHA DE DIAGNÓSTICO POPULACIONAL DE POMBOS DOMÉSTICOS NO PORTO DE SANTOS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (07 de dezembro de 2023)

Esse trabalho permitirá identificar as principais áreas utilizadas pelas aves, bem como estimar o quantitativo de pombos na área portuária

A Autoridade Portuária de Santos (APS) contratou a empresa Raiz Ambiental para realizar o diagnóstico populacional de pombos domésticos (Columba livia) no Porto Organizado de Santos. As campanhas de medição (diagnóstico) serão realizadas a cada seis meses durante os 5 anos de vigência do contrato, totalizando 10 medições ao longo desse período.

A primeira campanha foi iniciada ontem (05) e se prolongará por aproximadamente duas semanas. Para a coleta de dados em campo, serão utilizados equipamentos específicos, como câmeras fotográficas, binóculos, drones, dispositivos de geolocalização, entre outros. A equipe técnica de campo será integrada por um Especialista em Estudo Ambiental, um Auxiliar de Campo e um Operador de drone. Para a realização do diagnóstico, a área do Porto Organizado será dividida em quadrantes, abrangendo áreas públicas e arrendadas. Assim, caso seja necessário, será realizada a medição na área arrendada de algum terminal específico.

O objetivo desse diagnóstico é identificar as principais áreas utilizadas pelas aves para pouso, nidificação e alimentação, bem como os principais focos atrativos dos pombos. Além disso, visa estimar o quantitativo de pombos domésticos que habitam ou frequentam o Porto e sugerir ações adicionais de controle dessas aves.

Cabe destacar, que os pombos domésticos são hospedeiros de diversos patógenos que podem acometer a saúde dos seres humanos, ocasionando inúmeras doenças. Além disso, os dejetos dessas aves podem entupir calhas, danificar instalações e contaminar mercadorias movimentadas no Porto.

Esse trabalho será de suma importância para identificar as regiões com maior densidade de pombos e avaliar as fragilidades relacionadas à operação portuária, como derrame de grãos e locais com deficiência de medidas preventivas. Assim, espera-se que os resultados desse monitoramento

permitam a adoção de estratégias de controle mais eficazes para prevenir a proliferação dessas aves.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 07/12/2023

PRATICAGEM DO BRASIL ELEGE NOVA DIRETORIA PARA 2024-2025

Informações: Praticagem do Brasil (07 de dezembro de 2023)

Em assembleia realizada, em Brasília, no dia 5 de dezembro, a Praticagem do Brasil elegeu o vice-presidente, prático Bruno Fonseca (ZP 5 − Ceará), para conduzir a instituição no próximo biênio. Em seu lugar na vice-presidência, assumirá o atual diretor administrativo, prático Marcello Camarinha (ZP 15 − Rio de Janeiro).

O atual presidente, prático Ricardo Falcão (ZP 1 − Fazendinha-AP/Itacoatiara-AM), passará a ocupar diretoria administrativa. Completam a gestão os práticos Felipe Perrotta (ZP 12 − Bahia), diretor técnico, e Jelmires Galindo (ZP 18 − São Francisco-SC), diretor financeiro.

Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os práticos Igor Sanderson (ZP 6 − Areia Branca-RN), Julio Souza (ZP 9 − Pernambuco) e Luiz Carlos Amaral (ZP 3 − Pará). Os suplentes serão os práticos Gardel Rodrigues (ZP 16 − São Paulo), Pedro Parente (ZP 5 − Ceará) e Vanessa Zamprogno (ZP 9 − Pernambuco).

Os eleitos tomarão posse em 6 de janeiro de 2024.
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 07/12/2023

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA PORTOS DO PARANÁ SÃO APRESENTADAS NA COP28

Informações: Agência de Notícias do Paraná (07 de dezembro de 2023)

A Portos do Paraná mais uma vez marcou presença na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28). Esta foi a quarta participação como representante do setor portuário mundial no evento, que neste ano acontece em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Participam da conferência o secretário da Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, o diretor de Meio Ambiente, João Paulo Santana, e o conselheiro administrativo da empresa pública, Leandro Pazzeto Arruda.

Nesta quarta (6), e empresa pública participou do painel “Cidades, regiões, urbanização e transporte”. A primeira apresentação foi na terça (5) com o painel “Mudanças climáticas – descarbonização e sustentabilidade”, quando foi destacada a navegação sustentável e os projetos locais realizados com as comunidades litorâneas, como o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a preservação de nascentes e sistemas de tratamento de esgoto alternativos em áreas onde não tem saneamento básico.

“A COP28 é o maior evento sobre discussão climática do mundo e é uma honra sermos escolhidos para representar o setor portuário mundial. E esta representatividade nos rende frutos. Em setembro, recebemos o Pyxis Ocean, um navio de velas metálicas que reduz em até 30% a emissão de gás carbônico. O primeiro navio mais verde do mundo buscou o porto mais verde do País”, destacou.

No encontro também foi apresentada a conquista do certificado internacional Ecoports, a mais importante certificação do mundo voltada para gestão ambiental portuária. Os portos paranaenses foram os primeiros portos públicos brasileiros a receberem o certificado. “Nosso intuito com este

painel na COP28 é compartilhar as boas práticas realizadas pela Portos do Paraná", explicou João Paulo Santana.

"Além disso, também somos signatários do Green Ports Partnership, que é um projeto em parceria com o Porto de Roterdã, para implementarmos tecnologias de hidrogênio verde entre os portos mundiais mais eficiente", disse o diretor de Meio Ambiente.

O secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, enfatizou a importância da participação do Governo do Estado na COP28 justamente no momento em que o Estado levanta a bandeira da sustentabilidade, sendo considerado o mais sustentável do País. "Além disso, é um momento em que o porto de Paranaguá vive uma fase muito especial de importantes projetos socioambientais", afirmou.

O Paraná segue se destacando no controle ao desmatamento ilegal da Mata Atlântica. O tema foi debatido no Painel Abema no Espaço Brasil na COP28. As discussões envolveram "Florestas e Bioeconomia". O secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável, Valdemar Bernardo Jorge, foi o painelista convidado para falar sobre as "Estratégias e Incentivos à Conservação da Mata Atlântica no Paraná".

Um relatório divulgado pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com a Arcplan e o MapBiomas, revela que o Estado reduziu em 64% a supressão vegetal entre janeiro e agosto deste ano no comparativo com o mesmo período do ano passado. Passou de 2.763 hectares para 992 hectares desflorestados. O índice é o segundo melhor do País, atrás apenas de Santa Catarina (66%), e superior à média nacional (59%).
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 07/12/2023

O GLOBO 80 anos

JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS REDUZ PREÇO DE DIESEL PARA DISTRIBUIDORAS

Corte de R$ 0,27 por litro valerá a partir desta sexta. Com isso, o litro do combustível cairá para R$ 3,78 nas refinarias
Por O Globo - RJ

Caminhões estão consumindo menos diesel no mundo — Foto: Lucas Tavares/Agência O Globo

A Petrobras anunciou que reduzirá o preço do diesel para distribuidoras a partir desta sexta-feira. O corte será de R$ 0,27 por litro, levando o preço nas refinarias para R$ 3,78 por litro. A última vez que a empresa havia mexido no valor do combustível havia sido em outubro, quando elevou seu preço.

Segundo a Petrobras "o ajuste é resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo e interno frente à estratégia comercial da Petrobras, implementada em maio de 2023". A empresa mudou sua política de preços em maio e deixou de considerar apenas a paridade com o preço internacional na sua estratégia

O governo vinha pressionando a Petrobras para baixar os preços dos combustíveis, alegando que o preço do petróleo no exterior vinha caindo. Nesta quinta-feira, o barril do petróleo do tipo Brent (referência no mercado internacional) subia 1%, para US$ 75,04 por volta de 12h.

Apesar das pressões, o preço da gasolina não vai mudar, segundo comunicado da empresa. Em outubro, quando reajustou o preço do diesel, a Petrobras reduziu o da gasolina.

O preço do diesel nos postos não vai ser ser reduzido na mesma proporção, pois o valor final depende de impostos e do lucro das distribuidoras. A Petrobras estima que o preço médio vai cair R$ 5,92, considerando a mistura obrigatória de 88% de diesel A e 12% de biodiesel para a composição do diesel.

Levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP) a média de preço do diesel era de R$ 6,16 por litro para a semana de 26/11 a 02/12.

Segundo especialistas, a redução no preço do diesel pela Petrobras já era esperada pelo mercado por conta da queda do valor do petróleo no mercado internacional desde o dia 28 de novembro, quando passou de US$ 82,82 para menos de US$ 74 atualmente.

De acordo com dados da Abicom, que reúne os importadores, o preço do diesel vendido pela Petrobras chegou ontem a ser 9% maior em relação ao cenário externo.

- A defasagem média nos últimos dias era em torno de 7% e veio alinhada com a redução anunciada pela companhia, zerando a defasagem. Foi um movimento correto - disse Sergio Araujo, principal executivo da Abicom.

No caso da gasolina, diz ele, o preço não deveria mesmo ter sido reduzido neste momento, pois a volatilidade do derivado está elevada no mercado internacional. Nos últimos dia, o valor da gasolina vendida no Brasil oscilou entre estar 3% mais barato e 7% mais caro em relação ao cenário internacional:

-Se a Petrobras fizesse a redução no preço da gasolina, podia correr o risco de ter que aumentar novamente. Por isso, o movimento foi correto.

Pedro Rodrigues, do CBIE, diz que a redução do diesel era esperada pelo mercado.

- Já vinha a algumas semanas essas defasagens. E a tendência era de uma queda, se levasse em consideração era o PPI (paridade de importação). Claro que a pressão política sempre acontece e essa redução aproxima do cenário internacional. Já a gasolina está no preço internacional e hoje não margem, pelo PPI, para alterar o preço.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/12/2023

AÇÕES DA SABESP (SBSP3) TÊM QUEDA APÓS PRIVATIZAÇÃO SER APROVADA PELA ALESP

Previsão da gestão Tarcísio de Freitas é realizar a desestatização até meados de 2024 com uma capitalização na Bolsa que envolverá o lançamento de novos papéis
Por O Globo - RJ

A Sabesp, companhia de saneamento de São Paulo, pode ser privatizada pelo governador Tarcísio de Freitas — Foto: Gilberto Marques/Governo de SP

As ações ordinárias da Sabesp (SBSP3, com direito a voto) apresentavam quedas nesta quinta-feira. O movimento ocorre após a aprovação do projeto de lei pela Assembleia Legislativa paulista (Alesp) que autoriza o governo de São Paulo a privatizar a companhia estadual de água e saneamento.

Com a vitória no Legislativo, a expectativa do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) é tirar a desestatização do papel até meados de 2024.

Por volta de 15h10, Sabesp ON caía 1,83%, negociada a R$ 67,63.

— No curto prazo, essa decisão da Alesp não gerou um movimento de alta para o ativo, até porque já era esperada. Temos um caminho longo até a privatização. Depois disso, teremos um período para se implementar de fato uma gestão privada, revisar o modelo, melhorar a eficiência do negócio. Isso não é rápido. Devemos ver a Sabesp negociando nessa região de preço até que esse processo se reflita em resultados práticos em termos de ganho de eficiência e melhora de margens — destaca operador de renda variável da Manchester Investimentos, Thiago Lourenço.

A sessão foi marcada por confronto entre policiais militares e manifestantes contrários à desestatização.

Fundada em 1973, a Sabesp tem um valor de mercado na casa dos R$ 47 bilhões e teve um lucro líquido de R$ 743,7 milhões no segundo trimestre de 2023, uma alta de 76,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com a expectativa pela privatização, os papéis já sobem mais de 20% ao ano. A companhia atende a 366 dos 645 municípios do estado.

Para os analistas da Ativa, as ações devem repercutir a aprovação de forma “moderada”, dado o movimento de precificação que já vinha ocorrendo no papel nos últimos meses. Ainda assim, eles avaliam a passagem pela Alesp como “extremamente relevante” para o processo de privatização, que agora, deve focar suas atenções nas negociações com os municípios atendidos pela empresa.

Questões como o modelo tarifário vigente a partir da privatização, do percentual de ações que o estado colocará a venda e o valuation (avaliação) desses ativos também precisarão ser endereçadas.

"Com os municípios tendo até março para firmar se continuam ou não sendo atendidos pela companhia, continuamos estimando que o fim do processo possa ocorrer até o final do primeiro semestre de 2024", destacam.

A ideia da gestão Tarcísio é reduzir a participação acionária do estado dos atuais 50,3% para um percentual entre 15% e 30%, que será definido no início de 2024, após a conclusão da Fase 1 do relatório feito pela International Finance Corporation (IFC), instituição ligada ao Banco Mundial, contratada pelo governo para avaliar a viabilidade técnica da proposta.

Com a capitalização, o estado pretende aumentar em R$ 10 bilhões os investimentos previstos (de R$ 56 bi para R$ 66 bi) e antecipar em quatro anos — para 2029 — a universalização do saneamento. Além de também reduzir tarifa.

Confusão na Alesp: sessão que votou projeto de privatização da Sabesp teve enfrentamento entre policiais e manifestantes — Foto: Ronny Santos/Folhapress

'Golden share'

O modelo de privatização escolhido foi o follow-on, ou seja, uma oferta pública de novas ações, tendo ainda a inclusão da golden share, espécie de ação de classe especial que dá poder de veto ao governo em decisões estratégicas do conselho de administração da companhia, incluindo mudanças no nome da empresa, sede e objeto social.

Confira os principais pontos do projeto aprovado

- Modelo: follow-on (oferta pública de ações de uma empresa que já está na bolsa de valores);
- "Golden share": governo terá poder de veto em decisões estratégicas do conselho de administração da companhia. Também poderá barrar mudanças no nome da empresa, sede e objeto social;
- Participação estatal após o processo ficará entre 15% e 30%;
- Novo Fundo: destinado a prover recursos para ações de saneamento básico, inclusive voltadas à modicidade tarifária no setor;
- Tarifa: governo promete redução da conta com foco na população vulnerável;
- Investimento: governo quer investir R$ 66 bilhões, R$ 10 bilhões a mais do que o previsto, até 2029;
- Meta: antecipar a universalização do saneamento de 2033 para 2029, incluindo as áreas rurais e as urbanas irregulares.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/12/2023

APÓS ENCONTRO COM PACHECO, HADDAD CRITICA ZEMA POR RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DE MINAS GERAIS: 'O GOVERNADOR NÃO AJUDA'

Em declaração noticiada pela imprensa mineira, o governador disse Pacheco "ficou na falação até agora"
Por Renan Monteiro — Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou nesta quinta-feira o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em meio aos debates sobre a solução para a dívida bilionária do estado com a União. Haddad se reuniu com Rodrigo Pacheco (PSD-MG) nesta manhã.

Na quarta-feira, o chefe do Executivo mineiro cobrou rapidez para solucionar a dívida, avaliada em cerca de R$ 160 bilhões. De acordo com Zema, há "muita falação e nenhuma ação". Em declaração noticiada pelo jornal O Tempo e pela rádio Itatiaia, de Minas, o governador disse que, mesmo depois de Pacheco ter apresentado uma proposta para a quitação do passivo, "ficou na falação até agora".

Fernando Haddad alegou que um terço da dívida de Minas Gerais foi contraída no governo Romeu Zema (Novo) e alfinetou o fato de o governador ter tido "um aliado no Planalto", em referência a Bolsonaro, e não ter conseguido solucionar o problema.

— Na minha opinião o governador Zema não ajuda. Tudo que ele fez foi endividar Minas. A dívida saiu de pouco mais de R$ 100 bilhões para R$ 160 bilhões. A pior coisa que ele pode fazer, não tendo feito nada durante cinco anos, é agredir aquele (Pacheco) que vai pautar o acordo que for fechado com a Fazenda Nacional e com o governo federal. Então fica o apelo: não é hora de ficar batendo boca e fazendo graça na imprensa — declarou o ministro.

Pacheco, em coletiva nesta manhã, disse que conta com a colaboração do governo Zema para avançar no processo de renegociações da dívida:

— Nós estamos lidando com um problema gravíssimo de Minas. Não podemos criar narrativas e ficar criticando um ao outro nas redes sociais. Não podemos ter infantilismo

- Será feito um pedido na Justiça para prorrogar para até 31 de março a obrigação de Minas Gerais de encontrar uma solução para o estoque da dívida com a União;
- De acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal, o estado de Minas Gerais está desobrigado de cumprir com a dívida até o dia 20 de dezembro;
- Esse prazo foi dado para que haja a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF);
- Esse programa da União é adotado por estados que estão com as contas no vermelho. Ele busca garantir equilíbrio fiscal no longo prazo;
- O alongamento nos prazos de pagamento da dívida dos Estados, ao lado medidas de contenção nos gastos públicos, é uma das principais diligências do RRF.

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) é contra a entrada de Minas no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Nesta quinta-feira ele avaliou que esse regime “não resolve o problema, apenas adia e aumenta o valor da dívida”.

Por isso, ele encabeça uma proposta alternativa que inclui a federalização de estatais como Cemig, Codemig e Copasa para compensar a dívida do estado de Minas.

Com o prazo até 31 de março, ele quer mais tempo amadurecimento e negociações dessa alternativa. O texto precisa promulgado em leis federal e estadual, diz Pacheco.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/12/2023

BRASIL EXIGE VISTO PARA TRIPULANTES, E EMPRESAS AÉREAS ESTRANGEIRAS TEMEM CAOS NA ALTA TEMPORADA

Por Mariana Barbosa

Avião da American Airlines na pista do Aeroporto Internacional de Austin — Foto: Reprodução/ABC News

Um decreto do Ministério das Relações Exteriores determinando a reciprocidade nos vistos para americanos, canadenses e australianos pode provocar o caos nos aeroportos a partir de 10 janeiro. Tripulantes em serviço desses e outros países estavam isentos de visto desde um decreto de 1995, alinhado com as convenções internacionais de facilitação do transporte aéreo.

A exigência para os tripulantes em serviço dos EUA, Canadá e Austrália vem com a revogação, em março, de um decreto de 2019 do ex-presidente Jair Bolsonaro, liberando a entrada sem vistos para turistas destes e de mais alguns outros países. O novo decreto assinado em setembro estabelece uma reciprocidade mais rigorosa, afetando não apenas turistas, mas também tripulantes e outras categorias. O setor só tomou conhecimento de que os tripulantes estariam dentro da nova regra na semana passada, em uma reunião com o MRE.

Os EUA deixaram de seguir as convenções internacionais em 2001, após o sequestro de aviões no ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro, por razões de segurança nacional. Apesar disso, o Brasil manteve o alinhamento internacional e a vigência do decreto 1.413, de 1995. Assim como o Brasil, todos os demais países da América Latina mantiveram a isenção para tripulantes em serviço para os EUA.

Mais de 60% da oferta de voos diretos entre Brasil e América do Norte é explorada por empresas estrangeiras. No caso do Canadá, 100% dos voos são operados por uma empresa canadense. Mas a medida pode afetar outros destinos internacionais, uma vez que há pilotos americanos voando em

diversas companhias no exterior. Além do impacto de passageiros, a medida afeta também a carga aérea.

O plano original do governo era de que a nova exigência entrasse em vigor em outubro, mas problemas com a empresa contratada para implementar e gerir os pedidos de visto pela internet acabaram demandando um novo decreto, estabelecendo a nova data para 10 de janeiro. O novo decreto foi publicado na semana passada e o setor teme que não haja tempo hábil para processar os pedidos de visto.

No início da semana, entidades que representam o setor — como Alta, IATA e Jurcaib — enviaram carta aos ministros da Casa Civil, Portos e Aeroportos, Segurança Pública e Turismo, ao vice-presidente e também ministro do Desenvolvimento Geraldo Alckmin, Anac e Secretaria da Aviação Civil, pedindo a volta das regras estabelecidas no decreto de 1995.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/12/2023

O ESTADO DE S. PAULO

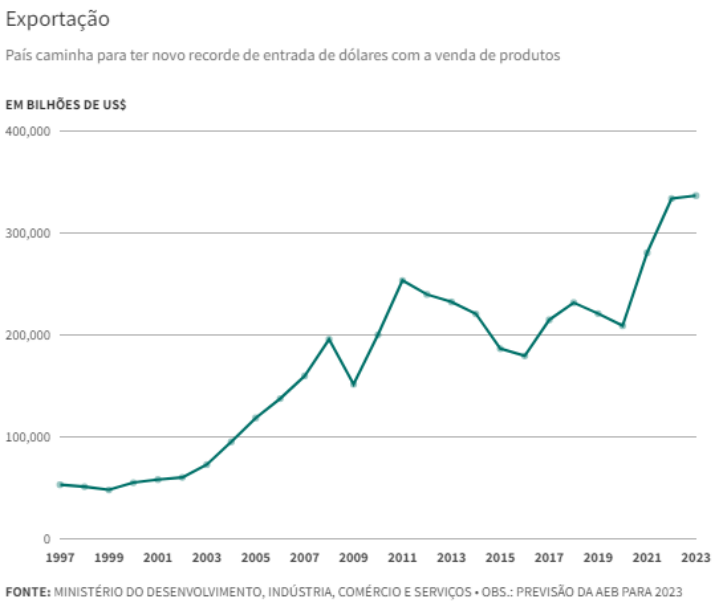
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POR QUE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ESTÃO TENDO BOM DESEMPENHO ESTE ANO? ENTENDA EM QUATRO GRÁFICOS

Em 2023, a previsão é de mais um recorde no saldo comercial do País, que deve ultrapassar os US$ 90 bilhões
Por Luiz Guilherme Gerbelli

Uma das principais notícias positivas da economia brasileira neste ano vem do setor externo. Em 2023, a previsão é de mais um recorde no saldo comercial do País, que deve ultrapassar os US$ 90 bilhões.

Com uma safra recorde, acompanhada de um bom preço das commodities, a economia brasileira tem conseguido compensar as dificuldades de competitividade da indústria no cenário global e garantir bons resultados nas exportações. Em 2023, elas somaram US$ 282,7 bilhões de janeiro a outubro, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).



"Nos últimos anos, (o comércio exterior) foi muito mais pautado por commodities", afirma José Augusto de Castro, presidente-executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "E quando exportamos commodities, a gente brinca que somos comprados, porque a iniciativa da operação parte quase sempre do importador."

A AEB projeta exportações de US$ 337 bilhões este ano, com um saldo comercial de US$ 97 bilhões - que será composto por aumento de 0,5% nas exportações e queda de 12% nas importações na comparação com 2022.

Mundo resiliente

Desde a reabertura da economia global, depois de superada a pior fase da pandemia de covid, o Brasil tem se beneficiado da alta de preços das commodities num cenário em que o mundo se mostra resiliente - os países têm crescido mais do que o previsto pelos economistas. “Hoje, os preços estão num patamar não tão alto, mas não tão baixo também”, diz Castro.

A balança comercial do País ainda foi favorecida por eventos pontuais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de produtos básicos, e, mais recentemente, pela seca na Argentina, um outro grande exportador de soja.

Soja é o produto mais exportado pelo Brasil Foto: EPITACIO PESSOA/ESTADAO

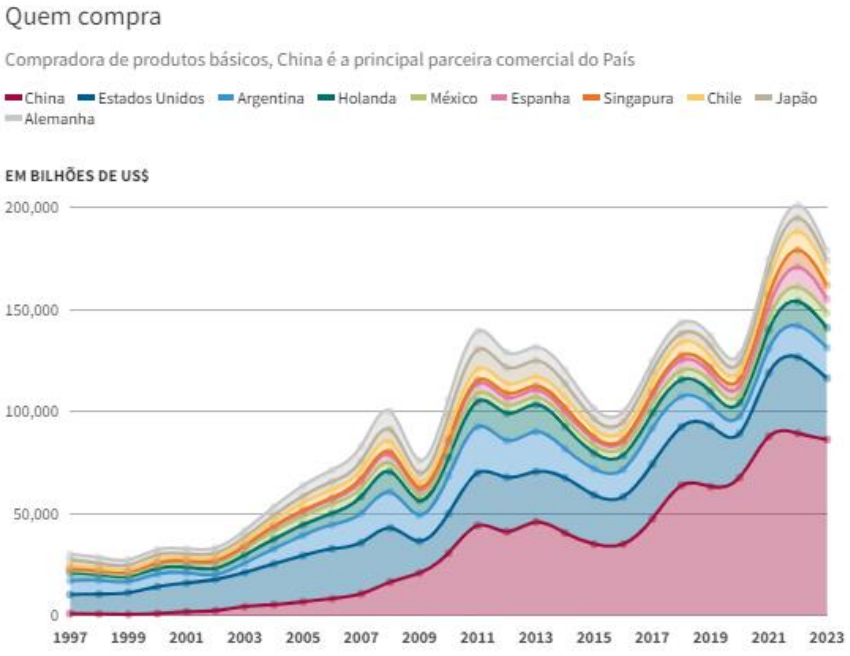
“A exportação brasileira está muito concentrada em commodities, porque é uma demanda do mundo”, diz Castro. “Quem exporta soja? São os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, mas os EUA estão perdendo mercado e a Argentina teve quebra de safra. Sobra só o Brasil. Não tem mercado alternativo.”

Entre janeiro e outubro deste ano, a exportação de soja somou US$ 48,5 bilhões, um valor maior em relação ao apurado em todo ano passado (US$ 46,5 bilhões). O segundo maior produto mais vendido pelo País é o petróleo, seguido pelo minério de ferro.

Força chinesa

Não à toa, o fato de o Brasil ser um importante produtor de commodities consolidou a China como a principal compradora de produtos brasileiros. Nos dez primeiros meses deste ano, as vendas para o gigante asiático somaram US$ 86,4 bilhões.

A economia chinesa tem papel fundamental no desempenho histórico do comércio exterior do País. No início dos anos 2000, o forte crescimento chinês - que chega a dois dígitos - impulsionou a compra por produtos básicos do Brasil e, consequentemente, os preços dos produtos internacionalmente.



Em 2001, a China comprou US$ 1,9 bilhão. Em apenas 10 anos, esse montante saltou para US$ 44,3 bilhões.

“Essa demanda chinesa provocou um aumento de quantidade (de produto exportado), e esse crescimento foi acompanhado de preço”, afirma Castro. “O Brasil passou a ter um aumento da exportações muito rápido, o que fez com que o País pagasse a dívida externa e ainda acumulasse reservas.”

E de onde vem?
São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os principais Estados exportadores do País.

Em São Paulo, a pauta é bastante pulverizada, mas em Minas e no Rio a força das commodities fica evidente. Os mineiros se destacam pela venda de minério de ferro, enquanto que os fluminenses exportam petróleo.

O quarto maior estado exportador do País é Mato Grosso, principal produtor de grãos do País. Na esteira da força do agronegócio brasileiro, as vendas do Estado já somam US$ 27,7 bilhões. No início dos anos 2000, não chegavam a US$ 2 bilhões.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 07/12/2023

SIDERÚRGICA APERAM SUSPENDE INVESTIMENTO NO BRASIL E CULPA EXCESSO DE AÇO IMPORTADO DA CHINA

Segundo o Instituto Aço Brasil, as importações de aço chinês cresceram 133,8% em setembro na comparação com o mesmo mês do ano passado
Por Caroline Aragaki

O grupo siderúrgico Aperam South America informou nesta quinta-feira, 7, que decidiu postergar a terceira fase de seu plano de investimentos no Brasil previsto para 2024/2025, considerando o “momento de adversidade enfrentado pela indústria siderúrgica brasileira, com o excesso de aço importado no mercado e a queda nas vendas”. O projeto adiado, cujo valor não foi revelado, inclui a instalação de um novo laminador a frio na usina de Timóteo (MG). Durante a implementação do projeto, até 1,5 mil vagas temporárias seriam criadas, segundo a empresa.

O diretor-presidente da Aperam South America, Frederico Ayres Lima, afirma, em nota, que a entrada massiva de aço chinês no mercado brasileiro em 2023, associada à redução da demanda, por conta da desaceleração econômica mundial, está “asfixiando” o setor siderúrgico nacional.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, as importações de aço da China cresceram 133,8% em setembro de 2023 em comparação com o mesmo mês de 2022, atingindo 549 mil toneladas.

Usina da Aperam em Timóteo (MG) Foto: Elvira Nascimento/Divulgação

“Como uma empresa que sempre acreditou no Brasil e no crescimento da economia, nos deparamos com um cenário muito desafiador que nos leva a repensar nossos planos de expansão para os próximos anos. Devido a uma questão de sustentabilidade do negócio, vamos reavaliar esse projeto”, afirma Ayres Lima.

Em específico no caso dos aços inoxidáveis e elétricos, que são o carro-chefe da Aperam, as importações da China cresceram 18% no primeiro semestre do ano em relação ao mesmo período de 2022. No entanto, o número excessivo de produtos chineses no mercado, a política predatória de preços e a demanda reduzida representaram uma queda de mais de US$ 800 por tonelada nos preços internacionais, segundo a instituição.

“Justificar novos investimentos na usina, mesmo com todo o diferencial da produção sustentável da Aperam, está se tornando cada vez mais desafiador. Os números não batem,” disse Ayres, mencionando que a situação ameaça a continuidade da produção nacional.

Produto subsidiado
O executivo avalia que o aço chinês chega ao Brasil subsidiado pelo governo do país asiático e com a maior pegada de carbono do mundo, o que, segundo ele, prejudica muito não só a competitividade da indústria siderúrgica nacional, bem como o processo de descarbonização do setor.

Ele classificou a situação como “muito séria e insustentável”, e lembra que países como EUA, México, membros da União Europeia - e, possivelmente, o Chile agora - adotaram medidas para combater o “comércio desleal chinês”, que “claramente causa um desvio de volumes de material para países como o Brasil.”

“Para lidar com tal situação, é imperativo que o Brasil adote a mesma medida que os países supracitados imediatamente. Ou seja, uma taxa de importação de 25%. Se isso não for feito imediatamente, a indústria siderúrgica não voltará a funcionar sustentavelmente, e medidas amargas que estão sendo tomadas, como a redução de produção, demissões, adiamento ou cancelamento de investimentos irão continuar,” disse Ayres Lima.

A Aperam tem uma capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos planos inoxidáveis e elétricos no Brasil e na Europa, e é, segundo a nota da empresa, líder em produtos especiais de alto valor. Tem seis unidades de produção no Brasil, Bélgica e França, e possui “uma rede de distribuição, processamento e serviços altamente integrada e uma capacidade única de produzir aços inoxidáveis e especiais com baixa pegada de carbono a partir de biomassa, sucata de aço inoxidável e sucata de ligas de alto desempenho”. A usina brasileira localizada em Timóteo (MG), no Vale do Aço, tem capacidade para produzir cerca de 900 mil toneladas por ano.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 07/12/2023

MERCOSUL E UE ANUNCIAM AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES E ESPERAM CONCLUIR ACORDO RAPIDAMENTE

Conclusão do acordo era esperada para a Cúpula no Rio de Janeiro
Por Jéssica Petrovna

ENVIADA ESPECIAL AO RIO DE JANEIRO - O Mercosul e a União Europeia anunciaram “avanços consideráveis” nas negociações para criação da zona de livre comércio entre os blocos. A declaração conjunta foi divulgada nesta quinta-feira, 7, durante a Cúpula no Rio de Janeiro.

O comunicado era esperado como uma forma de sinalizar que houve avanços nas últimas semanas já que a esperada conclusão do acordo não veio. Segundo o texto, as negociações continuam com a expectativa de que, em breve, Mercosul e União Europeia possam alcançar um “acordo que seja mutuamente benéfico para ambas as regiões e que atenda às demandas e aspirações das respectivas sociedades”.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relatou como as negociações foram intensificadas nos últimos dias e voltou a criticar o protecionismo dos europeus e o texto que “herdou” do governo Jair Bolsonaro.

O livre comércio entre Mercosul e União Europeia é discutido há duas décadas e está em fase de revisão técnica. De um lado, os europeus exigiram compromissos ambientais, cobrança que o o Brasil vê como protecionismo verde. Do outro lado, o petista quer conter a entrada de empresas europeias nas compras do governo, que vê como um instrumento para fomentar a economia local.

Presidentes da Argentina, Alberto Fernandez, do Paraguai, Santiago Peña, do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou, e da Bolívia, Luis Arce, na Cúpula do Mercosul. Foto: FOTO: PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Livre comércio com Singapura

Enquanto o acordo com a União Europeia segue emperrado, o Mercosul assinou hoje o livre comércio com Cingapura - o primeiro em 12 anos. A negociação prevê a eliminação imediata das tarifas sobre os produtos que a cidade-Estado importa dos sul-americanos. Em contrapartida, o Mercosul vai isentar 95% das mercadorias de Singapura de forma gradual.

O acordo foi descrito pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que acumula o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços como a "porta de entrada" para Ásia. E assinatura vem no momento em que o bloco é cobrado para ser mais dinâmico. Essa pressão vem especialmente do Uruguai, que quer fazer negócio com a China, mas enfrenta resistência dos outros países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina e Paraguai).

Leia a declaração Mercosul-UE na íntegra

A UE e o Mercosul estão engajados em discussões construtivas com vistas a finalizar as questões pendentes no âmbito do Acordo de Associação.

Nos últimos meses, registaram-se avanços consideráveis. As negociações prosseguem com a ambição de concluir o processo e alcançar um acordo que seja mutuamente benéfico para ambas as regiões e que atenda às demandas e aspirações das respectivas sociedades.

Com base nos avanços efetuados até a presente data nas negociações, ambas as partes esperam alcançar rapidamente um acordo que corresponda à natureza estratégica dos laços que as vinculam e à contribuição crucial que podem oferecer para enfrentar os desafios globais em áreas como o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e o multilateralismo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 07/12/2023

SABESP: 'VAMOS APROVAR TUDO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024', DIZ CHEFE DA CASA CIVIL DE TARCÍSIO

Arthur Lima diz que está em diálogo com Milton Leite e que espera que Câmara de São Paulo aprove privatização

Por Beatriz Bulla

O secretário-chefe da Casa Civil do governo de São Paulo, Arthur Lima, afirma que o governo paulista está confiante de que as tentativas da oposição de frustrar a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) serão mal-sucedidas. Ele prevê que a oferta de ações da empresa, na Bolsa, acontecerá ao longo do primeiro semestre de 2024. "O estudo (com números necessários para a precificação da operação) fica pronto em janeiro, vamos aprovar tudo no primeiro semestre", afirmou Lima ao Estadão. Ele também diz que está em diálogo com a Câmara Municipal de São Paulo e que tem indicativos de que os vereadores paulistanos devem aprovar também o texto.

Segundo Lima, o governo aguarda a comunicação da votação de ontem pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para que o projeto de lei seja sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o que, segundo ele, deve acontecer amanhã (8) ou no início da semana que vem.

Braço-direito de Tarcísio no Palácio dos Bandeirantes, Lima diz que tem conversado com a Câmara Municipal paulistana sobre a possível análise dos vereadores sobre a privatização. “Estamos em contato com o vereador Milton Leite (União, presidente da Casa), acabei de falar com ele, e ele me passou que tem muita possibilidade de passar (ser aprovado) na Câmara em razão das qualidades que esse projeto tem”, afirmou o chefe da Casa Civil.

O secretário chefe da Casa Civil de São Paulo, Arthur Lima (E), e o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Foto: Divulgação

Em parte dos contratos da Sabesp com os municípios atendidos pela companhia está previsto o rompimento e a necessidade de renegociação em caso de transferência do controle acionário da empresa para o setor privado. É a situação do contrato com a cidade de São Paulo, que representa mais de 40% do faturamento da empresa. A lei municipal 14.934, de 2009, que autoriza a Prefeitura de São Paulo a celebrar convênios com o Estado de São Paulo, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) e a Sabesp, prevê o fim do contrato em caso de privatização. Cabe à Câmara Municipal, neste caso, a aprovação de uma nova lei sobre o assunto.

Um movimento do prefeito Ricardo Nunes, no entanto, pode fazer com que o governo paulista tente evitar o debate na Câmara Municipal de São Paulo. Em agosto, a Prefeitura de São Paulo aderiu a uma das unidades regionais de abastecimento de água e esgoto (Urae) criadas pelo governo do Estado, na gestão João Doria, para se adequar ao Marco do Saneamento e regionalizar os serviços. A adesão foi lida como um passo favorável à privatização, pois um decreto do governador Tarcísio permite que a renegociação dos contratos pelo governo do Estado possa ser feita em bloco, com as Urae, e não cidade a cidade.

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite, tem dito que os vereadores não abrirão mão de debater o futuro da companhia. A situação da capital paulista é a mais emblemática, uma vez que representa uma fatia importante do faturamento da empresa e um eventual imbróglio político pode afastar investidores.

“Entendemos que o decreto da Urae resolveria o problema, mas a Câmara tem direito de debater o tema. Vamos dialogar com a Câmara, não vejo motivos para isso atrasar (o processo de desestatização)”, afirma o chefe da Casa Civil paulista.

A oposição promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a votação, com o argumento de que a privatização deveria ser debatida em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual, e não por meio de projeto de lei. Arthur Lima minimiza as investidas da oposição ao governador. “Estamos muito fortes na ideia de que estamos corretos, o governador Tarcísio mantém sempre diálogo com os ministros do Supremo. A votação (na Alesp) demonstrou união da base, que estávamos no caminho correto, que a população entendeu o projeto. A oposição mostrou que é oposição”, disse Lima.

Houve confusão envolvendo manifestantes contrários à privatização e a polícia na Alesp Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Em uma sessão esvaziada após confronto de Policiais Militares com manifestantes, a base aliada do governador Tarcísio aprovou a privatização da companhia na noite de ontem, 6, na Alesp. Foram 62

votos a favor e apenas um contrário ao projeto enviado pelo governador de São Paulo. Eram necessários 48 votos para a aprovação. A oposição estava ausente da votação. Pouco antes da votação, agentes da PM usaram gás de pimenta para conter manifestantes contrários à privatização e usaram cassetetes para dispersar o público. A oposição alegou que não era possível dar continuidade à sessão na mesma noite e acusou o presidente da casa, André do Prado (PL-SP) de cercear a atividade parlamentar.

O secretário de Tarcísio acusa a oposição de usar a confusão para tentar impedir a votação. “Foi uma vitória com V grande. Apesar de tudo o que a oposição tentou fazer mostramos como se faz uma democracia”, afirma o chefe da Casa Civil paulista. “Eles podem fazer de tudo, já provaram do que são capazes ontem, mas a condução do André do Prado foi perfeita em matéria de Assembleia. Ele conduziu os trabalhos de maneira muito brilhante, porque impediu que o plenário fosse invadido e deu tempo para que todos que quiserem voltar, voltassem. Estamos muito tranquilos, porque entendemos que o projeto legislativo ocorreu da maneira mais aderente à legalidade possível”, afirma Lima.

A aprovação na Alesp é uma licença para o governo do Estado seguir com os planos, mas o governo paulista ainda tem um caminho a percorrer até que a oferta pública de ações na Bolsa seja realizada. A oposição a Tarcísio pretende dificultar a conclusão do processo de diluição da participação do Estado na companhia, com questionamentos ao Supremos Tribunal Federal (STF), segundo anunciado pelo deputado petista Emídio de Souza, e ações políticas nas câmaras municipais de cidades que têm contratos com a Sabesp.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 07/12/2023

Valor Econômico
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

WILSON SONS MOVIMENTA 100,6 MIL CONTÊINERES EM NOVEMBRO, ALTA ANUAL DE 39,3%

No acumulado dos 11 primeiros meses do ano, o volume movimentado foi de 971,4 mil TEUs, alta de 15,7% ante o mesmo período de 2022
Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

No Terminal Rio Grande foram movimentados 65,3 mil TEUs em novembro, alta de 53,4% na comparação anual — Foto: Divulgação/Wilson Sons

A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 100,6 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em novembro, alta de 39,3% em relação ao mesmo mês de 2022.

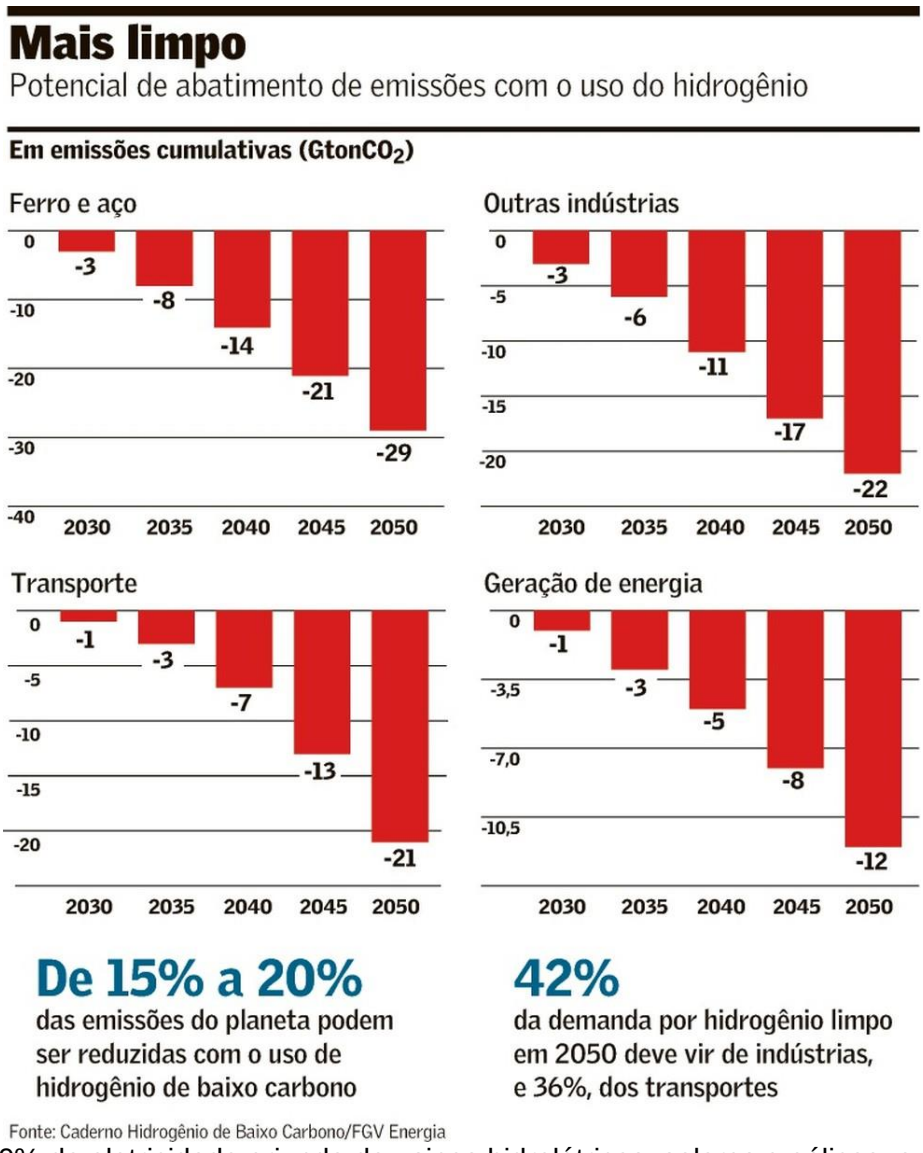
Do volume total registrado no mês passado, 77 mil TEUs foram de unidades cheias, avanço de 35,3% ante o reportado em 2022, enquanto os contêineres vazios somaram 23,6 mil TEUs, alta de 54,3% na mesma base de comparação.

No Terminal Rio Grande foram movimentados 65,3 mil TEUs em novembro, alta de 53,4% na comparação anual. Já no Terminal Salvador, o volume chegou a 35,3 mil TEUs, avanço de 19,2% na mesma base comparativa.

No acumulado dos 11 primeiros meses do ano, o volume movimentado foi de 971,4 mil TEUs, alta de 15,7% ante o mesmo período de 2022. Desse volume, 692,3 mil TEUs estavam cheias e outras 279,1 mil TEUs estavam vazias, altas de 13,6% e de 21,2%, respectivamente.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/12/2023

SETOR ESPERA INCENTIVO À NEOINDUSTRIALIZAÇÃO VERDE

Especialistas afirmam que indústria pode se beneficiar da cadeia do hidrogênio limpo se não mirar apenas a exportação
Por Roberto Rockmann — Para o Valor, de São Paulo



Com mais de 80% da eletricidade oriunda de usinas hidrelétricas, solares e eólicas, o Brasil desponta como potencial líder no avanço do hidrogênio verde - a energia renovável responde por 70% do custo de produção do H2V. Para alguns especialistas, o combustível pode dar uma dupla vantagem ao país. Por um lado, projetos de hidrogênio verde podem reduzir a sobreoferta de energia; por outro, têm o potencial de incentivar a neoindustrialização rumo a uma economia de baixo carbono.

Projeções destacadas na publicação “Hidrogênio de baixo carbono”, da FGV Energia, apontam que até 2050 a fatia do hidrogênio (H2) na matriz global poderá crescer de 2% para 5% (mais conservadora) a até 22% (mais otimista), com a ampliação sendo dominada pelo hidrogênio de baixo carbono, popularmente chamado de verde.

“O Brasil vai se beneficiar do hidrogênio verde; as questões são quando e como. A neoindustrialização verde depende de o país desenvolver a nova cadeia produtiva do hidrogênio e não se limitar a exportar energia em forma de molécula”, diz o presidente da Câmara Brasil-Alemanha e da thyssenkrupp, Paulo Alvarenga. “Há uma janela de oportunidade que se abre”, afirma a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (Abeeólica), Elbia Ganooum.

Agentes do setor apontam que o fortalecimento da indústria verde pode contribuir para elevar a renda per capita do Nordeste - o mais promissor local para produção. O porto de Pecém (CE), que tem o porto de Roterdã (Holanda) como acionista, foi eleito pela União Europeia em 2022 o principal hub de importação de H2V pelo bloco. Um dos projetos mais avançados é o da mineradora australiana Fortescue, que pode investir US$ 5 bilhões em projeto do gás.

A indústria siderúrgica também observa o energético como forma de reduzir a pegada ambiental. Cerca de 70% do aço produzido no mundo usa o coque, cuja queima gera gás carbônico. A produção com hidrogênio, por sua vez, gera água; o oxigênio da molécula do minério de ferro combina-se com o gás num forno elétrico e vira vapor, com emissão residual de carbono. No ano passado, a ArcelorMittal anunciou a aquisição da Companhia Siderúrgica do Pecém por US$ 2,2 bilhões. Além de ampliar sua produção no Brasil, a aquisição teve na energia um de seus pilares, com a intenção de capitalizar investimentos de terceiros para formar um hub de eletricidade limpa e de H2V em Pecém.

“Depende de o país desenvolver a nova cadeia produtiva do hidrogênio e não se limitar a exportar energia”
— Paulo Alvarenga

Se o mercado externo é um ponto forte, o interno também desponta: o país deverá se tornar o maior fornecedor de grãos e carnes nas próximas décadas, mas importa mais de 80% de seus fertilizantes. O país, quarto maior consumidor de fertilizantes nitrogenados, se tornou um grande importador de amônia e fertilizantes.

Um estudo da FGV Energia destaca que o polo industrial de Camaçari (BA) tem características para se tornar o primeiro hub de hidrogênio operacional do Brasil. “Isso se deve à capacidade de destinar o uso do hidrogênio para o mercado interno - composto por diversas empresas da cadeia de valor do hidrogênio -, com destaque para a Unigel, e, por estar associado ao porto de Aratu, vislumbrar o mercado externo para o médio e longo prazo”, afirmam os pesquisadores Felipe Gonçalves, Frederico Freitas de Carvalho, João Henrique Paulino de Azevedo e Vinicius Botelho Pimenta Cantarino.

A Unigel está desenvolvendo na Bahia o primeiro projeto de H2V produzido a partir da eletrólise em escala industrial do Brasil, para produção de amônia verde. O estudo também enfatiza que o porto do Açu (RJ) tem se esforçado para a formação de um hub capaz de atrair indústrias siderúrgicas e a produção de amônia fertilizantes por meio de uma grande oferta de hidrogênio de baixo carbono.

O desafio de revitalizar a indústria brasileira convive com outro: o de não onerar as tarifas de energia elétrica. Propostas de lei em discussão no Congresso têm como alternativas descontos dos projetos à conexão de transmissão e uso da figura do autoprodutor de energia para geração de H2V, que ficaria, por exemplo, imune a encargos. Estudo da Volt Robotics, por outro lado, aponta que subsídios poderiam encarecer esses encargos. Para 2025, a consultoria estima que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) poderá chegar a históricos R$ 40 bilhões, volume que poderia aumentar com subsídios para hidrogênio verde que estão sendo debatidos nesse momento.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/12/2023

USOS VÃO DE REFINARIA DE PETRÓLEO E SIDERÚRGICAS A COMBUSTÍVEL DE AVIÃO

A versatilidade de aplicações do hidrogênio verde esbarra em custo e logística
Por Roberto Rockmann — De São Paulo

Mais de 90% do hidrogênio usado hoje vem de combustíveis fósseis, com emissão de poluentes - o chamado de hidrogênio cinza. Quando a produção é via gás natural e há captura e armazenamento de carbono, é chamado de hidrogênio azul. Já o hidrogênio verde é obtido por meio da eletrólise da água, com energia limpa e renovável. Fonte de baixo carbono, o H2V pode ser utilizado em processos industriais como a produção de amônia, refinarias de petróleo e setores que demandam o gás para uso como matéria-prima, a exemplo das indústrias siderúrgicas.

A síntese de amônia, base para a produção de fertilizantes nitrogenados, envolve a combinação de nitrogênio da atmosfera com hidrogênio, produção hoje feita em sua maior parte a partir de gás natural ou de outras fontes fósseis. Uma alternativa seria a produção de amônia verde, com H2V.

Outra possível aplicação do hidrogênio limpo está na indústria de aviação. Países como a Alemanha discutem o uso obrigatório a partir da próxima década de combustíveis renováveis por aviões. O combustível sustentável para aviação (SAF, sigla em inglês), pode reduzir a emissão de CO2 entre 70% e 90%, em comparação com o querosene de aviação utilizado hoje. Usar H2V para fomentar o SAF seria uma forma de reduzir ainda mais a pegada de carbono. O combustível sustentável para aviação pode ser produzido a partir de diferentes matérias-primas, como biomassa, óleo de cozinha usado, resíduos urbanos, gases residuais e resíduos agrícolas.

O H2V também tem atraído a atenção da siderurgia. Empresários preveem que o hidrogênio verde possa substituir o carvão no processo de fabricação do aço. A versatilidade de aplicações, porém, esbarra em custo e logística, questão que especialistas apontam como fundamental para que o Brasil seja competitivo. O transporte do H2V pode ser feito de três principais formas: como gás (comprimido), liquefeito ou através de um outro produto químico, como amônia ou metanol. A exportação poderá ser facilitada por navios, por isso o interesse de portos brasileiros.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/12/2023

PORTO DE SANTOS TEM ATRASOS E CAUSA PREJUÍZOS

Segundo cálculo da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais do Brasil (Anec), em dez dias de atrasos os exportadores de grãos já deixaram de embolsar US$ 1,2 bilhão
Por Paulo Santos — De São Paulo

A demora na emissão de certificados fitossanitários para o embarque de grãos e o atraso no envio de cargas de açúcar, em razão das chuvas, estão provocando filas no porto de Santos, o maior do país. Há mais de cem embarcações à espera de liberação. Segundo cálculo da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais do Brasil, em dez dias de atrasos os exportadores de grãos já deixaram de embolsar US$ 1,2 bilhão. Segundo a entidade, os documentos, que eram emitidos em 48 horas, agora demoram dez dias pela falta de fiscais responsáveis pela liberação dos certificados.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, Janus Pablo Macedo, diz que hoje o porto tem 26 profissionais, mas para dar vazão ao atendimento seria preciso pelo menos mais oito. A entidade estima um deficit de 1.600 profissionais em todo o país, número que pode aumentar em razão de aposentadorias.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/12/2023

TCU APROVA RENOVAÇÃO ANTECIPADA DE TERMINAL DA BTP NO PORTO DE SANTOS

A extensão do contrato por mais 20 anos deverá ter como contrapartida a realização de R$ 1,54 bilhão de investimentos no terminal

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

Porto de Santos — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, nesta quarta-feira (6), a renovação antecipada do arrendamento da BTP (Brasil Terminal Portunário), operadora de contêineres no Porto de Santos, controlada pela Maersk e pela MSC. A extensão do contrato por mais 20 anos deverá ter como contrapartida a realização de R$ 1,54 bilhão de investimentos no terminal e o pagamento de uma outorga de R$ 440 milhões (em valores de 2020, que deverão ser atualizados).

Os investimentos previstos deverão ser destinados principalmente à aquisição de novos equipamentos e a reformas na estrutura do terminal de contêineres, com o objetivo de ampliar a capacidade. Além disso, foi permitida uma ampliação de área de 23.406 metros quadrados, o que significa um adendo de 5,4% no terminal.

Com o aval, a expectativa é que o aditivo contratual possa ser firmado ainda neste ano, segundo Rafael Wallbach Schwind, do escritório Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, que assessorou a BTP na renovação. “Deverão ser feitos ainda alguns pequenos ajustes, mas acredito que poderá ser assinado ainda em dezembro”, disse.

Em seu voto, o relator Jorge Oliveira determinou que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) faça o acompanhamento dos projetos executivos e da contabilização dos investimentos incluídos, para garantir que os valores efetivamente realizados estejam dentro do previsto e do valor que garantiu o direito à renovação.

Além disso, o ministro chamou a atenção do governo federal para a necessidade de atualizar o planejamento do Porto de Santos. Os estudos para a renovação da BTP contemplaram o cenário de realização do leilão de um novo terminal de contêineres no porto, o STS 10, algo que hoje está sendo revisto pela atual gestão. No acórdão, Oliveira recomenda que a Autoridade Portuária do Porto de Santos, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Antaq atualizem o Plano de Desenvolvimento de Zoneamento (PDZ) do porto, para contemplar a real projeção de aumento de capacidade de contêineres em Santos, “de modo a corrigir possíveis superestimativas de variáveis”.

Na avaliação de Schwind, as recomendações realizadas pelo TCU não deverão produzir impacto significativo em relação àquilo que já foi pactuado em termos de investimento e outorga.

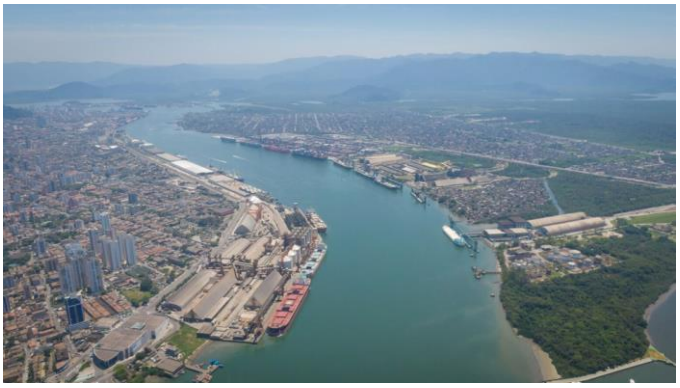
Em nota, a BTP afirmou que espera "que a assinatura e conclusão do pedido de renovação junto ao Governo Federal seja realizada ainda neste ano". "O protocolo do pedido de renovação do contrato foi feito em maio de 2021, junto à Secretaria de Portos. O processo seguiu todas as etapas exigidas, com transparência e cumprimento aos marcos regulatórios, diligência no esclarecimento de informações junto aos órgãos, até ter a sua votação final pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), que referendou o processo em julgamento, hoje (6/12)".

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 07/12/2023

G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

CONSELHO DO GOVERNO FEDERAL PUBLICA RESOLUÇÃO QUE REVOGA PRIVATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Apesar das mudanças, ainda estão autorizadas a concessão parcial dos acessos ao Porto de Santos, e ligação seca entre Santos e Guarujá via túnel sob o canal aquaviário.
Por g1 Santos



Texto sobre a questão foi publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (5) — Foto: Autoridade Portuária de Santos

O conselho que avalia e recomenda ao presidente os projetos que integrarão o Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) publicou uma resolução que revoga a medida que previa a desestatização da Autoridade Portuária de Santos (APS) e dos serviços portuários prestados no local. O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (5).

Com a queda da resolução nº 246, de 2022, afora o Porto de Santos também não serão privatizadas as administrações dos portos de São Sebastião e da Bahia no Programa Nacional de Desestatização (PND).

A nova resolução nº 291 propõe à presidência da República a qualificação do terminal SSB01 -- que prevê a movimentação de carga geral, multipropósito -- e a exclusão do Porto Organizado de São Sebastião do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e do PND.

Apesar das mudanças, ainda estão autorizadas a concessão parcial dos acessos ao Porto de Santos, e ligação seca entre Santos e Guarujá via túnel sob o canal aquaviário.

Monitoramento
O CPPI recomenda à presidência que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) executem, construam e acompanhem as medidas de concessão parcial.

O Ministério de Portos e Aeroportos segue na competência para coordenar e monitorar as medidas de concessão, incluindo a validação dos produtos parciais e finais dos estudos a serem conduzidos pelo BNDES.

"A retirada do programa de privatização e a delegação de competência atribuída ao Porto de Santos nos impõem o dever e o desafio de demonstrarmos que uma empresa pública pode ser eficiente", afirmou o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

Histórico
Em outubro deste ano, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou o fim do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) que previa a privatização do Porto de Santos, no litoral de São Paulo, durante visita à cidade.

A proposta de entregar o controle do Porto de Santos à iniciativa privada foi motivo de divergências entre ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O então ministro dos Portos e Aeroportos Márcio França (PSB) mostrou-se contrário à privatização ou à concessão da gestão do porto a um grupo privado. Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, principal responsável pelo PPI, afirmou que nada estava descartado.

Em janeiro, a defesa da privatização do porto foi um dos principais assuntos da reunião entre Lula e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), no Palácio do Planalto. Rui Costa e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além do secretário da Casa Civil de São Paulo, Gilberto Kassab, estavam na reunião.

Tarcísio pediu a Lula que considerasse levar adiante a entrega do porto à iniciativa privada. O modelo de concessão foi desenhado pela equipe de Tarcísio quando ele ocupava o Ministério da Infraestrutura. A modelagem está em análise pelo Tribunal de Contas da União, uma das últimas etapas antes do leilão.
Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 07/12/2023

AGÊNCIA BRASIL - DF

BLOCOS OFERTADOS PELA ANP AMEAÇAM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DIZ ESTUDO

Instituto Arayara diz que leilão pode trazer prejuízos socioambientais
Por Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza seu 4º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão de blocos petrolíferos no próximo dia 13. O leilão, no entanto, recebeu críticas do Instituto Arayara, organização não governamental que defende o uso de recursos naturais de forma sustentável.

Um estudo divulgado nesta quarta-feira (6), pelo Instituto, mostra que vários dos mais de 600 blocos ofertados na rodada apresentam ameaças socioambientais. De acordo com o levantamento, por exemplo, 23 blocos estão sobrepostos a 15 unidades de conservação. Há ainda outras unidades em que os blocos estão sobrepostos a suas áreas de amortecimento.

Com isso, segundo o estudo, 366 quilômetros quadrados de unidades de conservação estão ameaçados diretamente pela exploração e produção petrolíferas. São áreas como a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, no Nordeste, o Parque Estadual de Itaúnas e a Reserva Biológica de Comboios, ambos no Sudeste.

“Isso inclui áreas com potencial biológico e ecológico icônicos no país. A APA Costa dos Corais, por exemplo, é a maior área marinha protegida do Brasil. Ela tem 11 blocos de petróleo sobrepostos à sua porção sul, no litoral de Alagoas”, afirma Vinicius Nora, gerente de Oceanos e Clima do instituto.

O estudo também destaca que 11 blocos estão sobrepostos aos montes submarinos das cadeias oceânicas de Fernando de Noronha e Norte Brasileira, que não são uma área protegida, mas apresentam ecossistemas de recifes de corais com grande biodiversidade.

Em fevereiro deste ano, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já havia divulgado uma nota alertando para o risco de desastre ecológico, caso haja exploração de petróleo na região.

Em outubro, a Agência Brasil noticiou que pesquisadores do Cepene e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) defendem a criação de uma área de proteção ambiental nas duas cadeias oceânicas.

Segundo o levantamento do Arayara, no total 94 blocos ofertados se sobrepõem a ambientes coralíneos prioritários para a preservação, previstos no Plano de Ação Nacional (PAN) de Corais.

O estudo prossegue alertando para a ameaça a 23 terras indígenas, que têm 15 blocos ofertados em suas áreas de influência direta. “São 47 mil quadrados de área de influência direta de terras indígenas que estão afetadas na nossa análise, podendo impactar quase 22 mil indígenas. Até o momento, nenhuma dessas comunidades foi consultada”, explica Nora.

Além desse fato, 12 blocos se sobrepõem a cinco territórios quilombolas, onde vivem 5,6 mil pessoas. Segundo o Instituto Arayara, aqui tampouco as comunidades foram consultadas. “Obviamente há uma falta de cuidado com as comunidades tradicionais nesse caso”.

Há ainda, segundo o Arayara, riscos geológicos associados. Alguns blocos, no litoral de Alagoas, por exemplo, estão próximos da mina de sal-gema da Braskem, a qual está provocando afundamento do solo.

“Tem blocos ofertados nesse certame, com distância de 2,4 quilômetros dessa área que está em risco. Obviamente ainda carece de mais informações, mas o risco da área é muito evidente. Precisa de mais estudos, precisa de mais consultas, já que é uma região que está passando por uma situação super delicada”, diz Nora.

Por meio de nota, a ANP informou que seu diretor-geral, Rodolfo Saboia, se reuniu nesta quarta-feira (6) com representantes do Instituto Arayara. Eles conversaram sobre os próximos ciclos de oferta permanente, mas o estudo não foi entregue à agência, de acordo com a ANP.

Segundo a agência, quaisquer estudos encaminhados formalmente pelo Instituto serão analisados.

A ANP informou que, conforme previsto em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o planejamento de outorga das áreas oferecidas na rodada de licitação levará em conta conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais.

“Para as áreas cujos estudos não tenham sido concluídos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sendo assim, os órgãos ambientais se manifestam oportunamente, na manifestação conjunta, antes da inclusão das áreas no edital”, informa nota da ANP.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 06/12/2023

HADDAD E PACHECO PEDIRÃO À JUSTIÇA PRAZO EXTRA PARA MINAS PAGAR DÍVIDA

Ambos criticaram Zema por falta de negociação
Por Daniella Almeida - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), anunciaram, nesta quinta-feira (7), que pedirão à Justiça um prazo adicional para o pagamento da dívida bilionária do estado de Minas Gerais com a União. O prazo original terminará em 20 de dezembro e o novo prazo solicitado vai até 31 de março de 2024,

O anúncio foi feito após reunião na residência oficial do Senado Federal, na manhã desta quinta-feira (7), que contou com as participações do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do coordenador da bancada de Minas Gerais no Congresso Nacional, o deputado federal Luiz Fernando Faria (PSD/MG).

Ao sair do encontro, Haddad criticou a falta de alinhamento do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Partido Novo), com o Legislativo federal e com a União para a solução da pendência financeira e citou, especificamente, as demonstrações públicas de atrito com o senador do mesmo estado, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. “Inexplicavelmente, o Zema, ao invés de se aliar ao presidente Pacheco para resolver o problema, o ataca nas redes sociais e na imprensa. Alguém que foi o único mineiro com autoridade a tomar providências em relação a isso. Então, na minha opinião, o governador Zema não ajuda com esse tipo de conduta”, opinou o ministro.

Apesar das críticas, o ministro da Fazenda sinalizou que, se o governador mineiro estiver disposto, uma solução conjunta poderá ser construída, mesmo que não seja simples porque, entre outas questões, envolve o pacto federativo. “O que eu quero tranquilizar o governador Zema é que ele está lidando com pessoas sérias, tanto no Ministério da Fazenda, quanto na presidência do Congresso Nacional”.

O ministro fez um apelo ao chefe do Executivo mineiro. “Fica o apelo para que o governador Zema adote uma posição mais construtiva, menos conflitiva com o presidente do Congresso Nacional, que, afinal, é quem vai deliberar sobre o tema. Porque, qualquer que seja o acordo, vai ter que passar pelo Senado Federal. E a pior coisa que ele [Zema] pode fazer, não tendo feito nada durante cinco anos, é agredir aquele que vai pautar o acordo que for fechado com a Fazenda Nacional e com o governo federal”.

“É hora de sentar com técnicos. Solução técnica não é simples. A dívida durante o período do Zema subiu de R$ 100 [bi] a R$ 160 [bi]. Ele praticamente governou o estado de Minas com recursos federais. E ele deveria adotar uma posição respeitosa e construtiva com o Congresso Nacional”, apontou o ministro.

Haddad confirmou que as tratativas para este pedido de adiamento do pagamento da dívida mineira até 31 de março já estavam sendo realizadas com o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, devido à ausência de Zema. “Nós já havíamos combinado com o vice-governador [de Minas Gerais], porque o governador não participou da reunião que tratou deste assunto. Nós já havíamos discutido com o vice-governador de Minas que nós havíamos pedido até 31 de março do ano que vem, um prazo para a Justiça para que Minas continuasse não pagando a dívida, ou seja, dando um benefício adicional do previsto em lei para Minas”.

Pacheco
Em entrevista coletiva após o encontro, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, avaliou que a proposta discutida com o ministério da Fazenda poderá equacionar a dívida estadual mineira e não apenas adiar o pagamento dela.

Em 22 de novembro, Rodrigo Pacheco já tinha entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva texto alternativo para adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal para renegociação da dívida com o governo federal avaliada em torno de R$ 160 bilhões.

Rodrigo Pacheco, após reunião com Alexandre SIlveira,e Fernando Haddad - Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O senador afirmou que esta é uma opção diante do projeto de lei que está sendo discutido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, porque, segundo Pacheco, o texto estadual traz prejuízos aos servidores públicos do estado e prevê a venda de estatais estaduais à iniciativa privada. “O ministro Haddad reiterou o cabimento da proposta [federal]. Ela tem sustentabilidade. E já estão fazendo estudos jurídicos e técnicos relativos a esta proposta”, declarou o presidente do Senado Federal. Segundo Pacheco, o modelo alternativo para pagamento da dívida mineira com a União poderá servir também a outros estados.

“O primeiro passo é o estado de Minas e a União concordarem em fazer a prorrogação do prazo para que seja tabulada a negociação até 31 de março e nós termos o equacionamento da dívida. Ou seja, um arranjo que possa servir para o pagamento da dívida e não, simplesmente, um conforto momentâneo que significaria o sacrifício para o povo mineiro, depois do fim do regime de recuperação fiscal”, prevê o presidente do Senado Federal.

Ao avaliar a situação fiscal de Minas Gerais como gravíssima, Pacheco fez críticas ao comportamento do governador Romeu Zema. “Vamos reconhecer os problemas e ter um pouco de humildade, nesta discussão, e juntarmos todos no mesmo barco, que é Minas Gerais.”

Pacheco adiantou que agendou para a tarde desta quinta-feira (7) uma reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cássio Nunes Marques para tratar do tema e que agendará uma reunião, até segunda-feira, com o advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias, que está fora de Brasília.

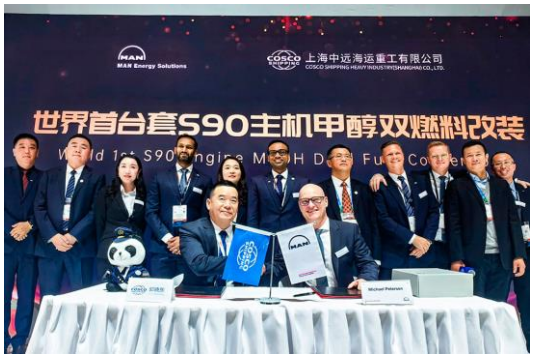
A Agência Brasil procurou o governo de Minas Gerais e aguarda posicionamento sobre declarações.
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 06/12/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

COSCO REALIZARÁ RETROFITS DE METANOL PARA SEUS NAVIOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:30



Estaleiro do Grupo Cosco irá modernizar quatro navios da empresa de navegação. As embarcações passarão a operar com duplo combustível, com opção para mais nove navios

A MAN Energy Solutions será a responsável pelo retrofit para metanol, de quatro motores principais dos navios das classes 'Camellia' e 'Virgo' da Cosco Line, embarcações de 13.800 e 20.000 TEUs, respectivamente. Atualmente equipadas com motores MAN B&W 11S90ME-C10.5 monocombustível, serão adaptadas para unidades MAN

B&W 11S90ME-LGIM10.5 bicombustível capazes de operar com óleo combustível ou metanol. Serão as primeiras embarcações da frota da Cosco a navegar com esse combustível.

O contrato também inclui uma opção para o retrofit de nove navios adicionais das classes 'Virgo' e 'Pisces' de 20.000 TEUs.

A MAN fornecerá um pacote de soluções que inclui engenharia, peças, gerenciamento de projetos, assistência técnica no estaleiro, assistência em testes no mar e serviço de recertificação para retrofits de motores. Para isso, a empresa realizou um programa de P&D e investiu em um ambiente de testes para desenvolver a solução de retrofit S90-LGIM (Injeção de Gás Líquido Metanol).

O primeiro navio da série está programado para modernização no segundo trimestre de 2025 — quando se tornarão os primeiros equipados com motores S90-LGIM a navegar nos oceanos do mundo.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

PORTO ITAPOÁ RECEBE NOVO GUINDASTE PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/12/2023 - 16:30

A Itapoá Terminais Portuarios (ITP), operadora do terminal de contêineres do Porto Itapoá, recebeu um novo guindaste de contêineres da ZPMC. O guindaste chegou no dia 1º de dezembro a bordo do navio “Zhen Hua 35”. No itinerário de Xangai a Itapoá, o navio já havia entregue dois pórticos STS ao Porto de Santos no mês passado.

O novo guindaste tem alcance de 70m e altura de elevação de 50m. Com essas dimensões, é um pouco maior que os atuais guindastes de Itapoá, que têm alcance de 55m (4x) e 65m (2x). Assim que o novo equipamento estiver operacional, Itapoá terá sete pórticos num cais de 800m.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

LOCAR PASSA A UTILIZAR O VESSEL INSIGHT DA KONGSBERG DIGITAL

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:30

A Locar, operadora de embarcações offshore, fez parceria com Kongsberg Digital para aprimorar sua infraestrutura digital e otimizar as operações de DP.

A Locar passa a integrar o Vessel Insight, a infraestrutura de embarcação para nuvem da Kongsberg Digital, que tem por objetivo obter informações de dados das embarcações. Esta implementação proporcionará à Locar um novo nível de transparência e otimizará o desempenho da frota.

A primeira embarcação a passar por esta atualização digital é a "Marina I", uma embarcação DP2. Ela entrará em serviço no início de 2024 para a Petrobras. O Vessel Insight capacitará a Locar com recursos aprimorados de tomada de decisão baseados em dados.

O acordo também inclui equipamentos marítimos da Kongsberg Maritime. Juntamente com o Vessel Insight, a Locar instalará o Sistema Único de Posicionamento Dinâmico da Kongsberg Maritime e o Sistema de Gerenciamento de Informações K-IMS.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

CMA CGM TERIA MUDADO ENCOMENDA E PORTA-CONTÊINER METANOL PARA GNL

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:30

A armadora francesa CMA CGM supostamente teria mudado uma encomenda recente de construção de oito navios porta-contêineres de 9.200 TEUs à Shanghai Waigaoquao Shipbuilding. Inicialmente com propulsão a metanol, os motores agora seriam movidos a GNL. A informação é da publicação LNG Prime, citando fontes ligadas à indústria naval.

A CMA CGM realizou encomendas anteriores de navios movidos a GNL, contribuindo para o surgimento do mercado de abastecimento deste tipo de combustível. Mas a empresa também fez recentemente várias encomendas de navios movidos a metanol.

O metanol está rapidamente ganhando popularidade, com encomendas crescentes de navios que utilizarão este combustível. Mas o desafio para este mercado é o aumento da demanda do fornecimento de metanol verde e a pouca oferta ainda atualmente disponível.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

ANP DETERMINA MEDIDA CAUTELAR PARA PLATAFORMA P-62 POR QUESTÕES DE SEGURANÇA

Da Redação OFFSHORE 07/12/2023 - 16:30

A agência identificou que empresa retirou embarcações de apoio para possível necessidade de evacuação

AANP realizou, no último dia 1º de desembro, uma intervenção na plataforma P-62, da Petrobras, por questões de segurança. A Agência identificou que a empresa retirou duas embarcações de apoio (baleeiras) que servem para evacuação das pessoas a bordo (POB) em caso de emergência. Com essa retirada, as outras duas baleeiras que restaram não seriam suficientes para uma possível necessidade de evacuação de todo o POB, como é determinado nas normas de segurança operacional.

A P-62 encontrava-se com 160 pessoas a bordo, enquanto as baleeiras remanescentes só poderiam transportar 80. A Petrobras informou que a gestão do abandono e escape da unidade seria complementada pela gangway (interligação móvel e temporária) entre uma unidade de apoio de manutenção (UMS) e a P-62. Contudo, essa solução não era suficiente para atendimento às normas de segurança.

Assim, a ANP determinou que a Petrobras implementasse medidas cautelares para regularizar a situação. Essas medidas poderiam ser tanto a retirada de parte das pessoas a bordo, reduzindo-as a 80 (ou seja, a capacidade das duas baleeiras remanescentes), ou a interrupção da produção, de

forma a reduzir o risco (e, assim, as chances de uma necessidade de evacuação). A medida adotada pela empresa deverá ser mantida até o retorno das duas baleeiras que foram retiradas, para que a capacidade total volte a contemplar todo o POB.

A ANP ainda notificou a Petrobras a apresentar um conjunto de informações adicionais, para que a agência monitore a condição de segurança da plataforma, avaliando a necessidade de estabelecer outras medidas.

Não há, por parte da ANP, qualquer ingerência sobre autorização de uso de instalações UMS. Esse tipo de embarcação de apoio não é regulado diretamente pela ANP, mas sim pela Marinha. Contudo, a agência fiscaliza a atividade no que diz respeito à segurança operacional, promovendo o cumprimento dos regulamentos de segurança que os operadores devem atender em suas operações no Brasil.

A unidade P-62, que opera no campo de Roncador na Bacia de Campos, possui produção média de 20 mil barris por dia e pouco mais de 1,2 milhões de m³/d de gás natural. O possível impacto ou não na produção dependerá das soluções encontradas pelo operador para redução dos riscos identificados e reestabelecimento das condições originais de resgate de emergência sejam reestabelecidas.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

HIDROVIAS DO BRASIL PASSA A INTEGRAR O FÓRUM EMPRESAS COM REFUGIADOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:30

A iniciativa é uma ação da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e Pacto Global da ONU Brasil

A Hidrovias do Brasil, empresa de soluções logísticas integradas, acaba de reforçar seu compromisso com a inclusão de pessoas refugiadas ao se tornar uma Empresa Participante do Fórum Empresas com Refugiados, uma iniciativa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e Pacto Global da ONU Brasil.

O Fórum é uma ação colaborativa formada por empresas e organizações empresariais que compartilham o compromisso de impulsionar a inclusão de pessoas refugiadas no mercado de trabalho brasileiro. Também tem como objetivo promover a troca de experiências e o desenvolvimento de ações de capacitação para a contratação, além do compartilhamento de boas práticas na inclusão dessas pessoas nos ambientes de trabalho e na sociedade.

De acordo com a pesquisa “Mercado de Trabalho para Pessoas Refugiadas no Brasil”, apresentada em outubro de 2023, mais da metade dos refugiados no país estão sem emprego (55%). Os dados apontam que 55,4% dos que estão trabalhando não atuam em suas áreas de formação ou experiência.

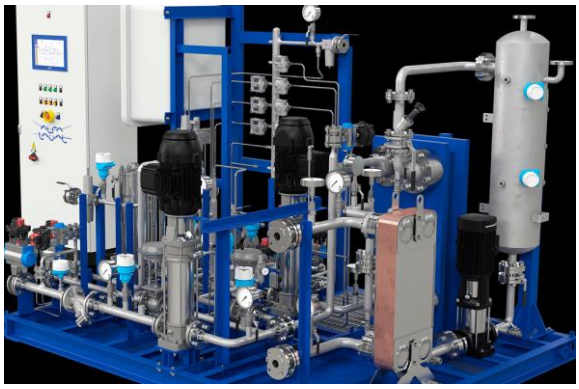
O estudo foi realizado pelo Colettivo, pilar de Diversidade, Equidade e Inclusão da Vagas, em parceria com o Fórum Empresas com Refugiados, iniciativa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e do Pacto Global da ONU no Brasil, com a ONG Visão Mundial e participação da empresa Belgo Arames.

“Integrar o grupo de Empresas Participantes do Fórum Empresas com Refugiados é mais do que uma conquista; é um marco em nossa jornada de diversidade e inclusão. A iniciativa reforça o nosso compromisso sustentável de promover um ambiente seguro e uma cultura diversa, inclusiva e de desenvolvimento contínuo. Entendemos que temos um papel importante como incentivadores de

mercado em ações nestas frentes", afirma Eliana Cachuf, diretora de Gente e Gestão da Hidrovias do Brasil.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

ALFA LAVAL FORNECERÁ SISTEMA PARA A MAERSK EM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO PARA METANOL

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:30



O sistema de abastecimento de combustível da Alfa Laval FCM Metanol foi selecionado pela Maersk em um projeto pioneiro de modernização, no qualo navio porta-contêineres "Maersk Halifax" passará a operar com metanol combustível.

A modernização está prevista para meados de 2024. Esta conversão pioneira de navios porta-contêineres permitirá que o navio navegue com metanol verde com capacidade de duplo combustível.

"Na Alfa Laval, colaboramos com os pioneiros da indústria na exploração e adoção de formas inovadoras de descarbonização", afirma Viktor Friberg, chefe de Sistemas de Separação Marítima e Fornecimento de Combustível da companhia. "O projeto com a Maersk nos dá uma oportunidade única de enfrentar um novo desafio – modernizar nossos equipamentos para uso de metanol, pela primeira vez. Estamos imensamente orgulhosos de estender nossa experiência a este projeto inovador de retrofit."

O projeto envolverá a adição de uma nova linha de combustível para metanol ao lado da linha de combustível tradicional, respeitando as restrições de espaço existentes e o cronograma apertado. A modernização do FCM Metanol é um projeto que requer engenharia avançada e uma compreensão das considerações práticas de trabalhar com metanol.

Com mais de 80 navios contratados, a Alfa Laval tem a mais longa experiência em instalação e serviço de metanol FSS desde 2015. É o único sistema que alimenta navios movidos a metanol até agora, com mais de 450 mil horas de operações.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

PRIMEIRO GRANDE NAVIO A METANOL DA MAERSK ENTRARÁ EM OPERAÇÃO EM FEVEREIRO

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:30

A Maersk está prestes a colocar em operação o primeiro dos seus 18 navios de grande capacidade movidos a metanol. Em 9 de fevereiro de 2024, a embarcação entrará em operação no serviço AE7, que conecta a Ásia e a Europa, incluindo escalas em Xangai, Tanjung Pelepas, Colombo e Hamburgo, tendo Ningbo, na China, como primeiro destino.

O navio porta-contêineres construído pela Hyundai Heavy Industries (HHI), na Coreia do Sul, tem capacidade nominal de 16 mil TEUs e é equipado com motor bicombustível, que permite operar com metanol, além de biodiesel e combustível convencional.

Esta iniciativa faz parte da agenda da companhia para a sua meta global de ser net zero até 2040, em todos os seus negócios, a partir do estabelecimento de metas de curto prazo até 2030. Para tanto, a companhia garantiu metanol verde suficiente para cobrir a viagem inaugural da embarcação e continua a trabalhar diligentemente em soluções de abastecimento 2024-25 para a sua frota de navios habilitados para metanol.

“A implantação do primeiro dos nossos navios de alta capacidade, com a possibilidade de operar com metanol numa das maiores rotas comerciais do mundo, a Ásia-Europa, é um marco em nosso caminho em direção ao objetivo de sermos net zero. Com capacidade de 16 mil contêineres, esta iniciativa terá um impacto significativo nos esforços dos nossos clientes para descarbonizar suas cadeias de abastecimento, e estamos ansiosos para introduzir mais navios movidos a metanol nesta e em outras rotas comerciais durante o ano de 2024", afirmaa Karsten Kildahl, Chief Commercial Officer da Maersk.

Antes de entrar em operação, o navio será nomeado oficialmente, no final de janeiro de 2024. Os próximos dois navios irmãos serão incorporados à frota da Maersk no primeiro semestre de 2024 e seus eventos de nomeação ocorrerão em Yokohama, no Japão, e Los Angeles, nos EUA. A Maersk espera receber mais quatro navios irmãos adicionais no segundo semestre de 2024.

No momento da entrada em operação da embarcação, ela se tornará o segundo navio porta-contêineres do mundo capaz de navegar com metanol verde, sendo o primeiro navio feeder "Laura Maersk", que entrou em operação em setembro deste ano.

Visão geral dos 24 navios encomendados pela Maersk
Todas as embarcações atualmente encomendadas serão equipadas com motores bicombustíveis e poderão operar com metanol verde.
12 dos navios encomendados terão capacidade para 16 mil TEUs
Seis dos navios terão capacidade para 17 mil TEUs.
Seis dos navios terão capacidade para 9 mil TEUs.
Desde 2021, a Maersk tem uma política de encomendar apenas novos navios capazes de operar com combustíveis verdes.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

PRODUÇÃO DE GRÃOS DEVE ATINGIR 312 MILHÕES DE TONELADAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/12/2023 - 16:30

Divulgação CNA - foto Wenderson Araujo/Trilux

Os produtores brasileiros devem colher 312,3 milhões de toneladas de grãos na safra 2023/24 – volume 2,4% inferior ao obtido na temporada passada. A queda na estimativa de produção, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), deve-se à baixa ocorrência de chuvas e às altas temperaturas registradas no Centro-Oeste em meio ao excesso de precipitações no Sul.

“Essas condições climáticas adversas afetaram o desenvolvimento de importantes culturas, como soja e trigo”, destacou a entidade, por meio de nota, ao citar que o comportamento do clima este ano como fator mais determinante para as culturas que estão em plantio e em desenvolvimento em função do El Niño.

Arroz

Dados estão no 3º Levantamento da Safra de Grãos 2023/24, divulgado nesta quinta-feira (7), mostram que o arroz tem previsão de alta na safra de 7,5%, podendo chegar a 10,79 milhões de toneladas. O melhor resultado é influenciado pela maior área destinada ao produto bem como uma recuperação na produtividade.

“Ainda assim, o desenvolvimento da cultura, em especial no Rio Grande do Sul, principal estado produtor, tem sido afetado pelas condições climáticas adversas. O excesso de chuvas tem gerado uma umidade excessiva no solo, o que impede a conclusão da semeadura e dificulta os tratos culturais.”

Feijão

O feijão apresenta cenários diversos nas lavouras cultivadas nesta primeira safra pelo país. Em São Paulo, as condições gerais, até o momento, são de bom aspecto fitossanitário. Os efeitos das altas temperaturas e baixas precipitações foram amenizados pelo uso de irrigação. Em Minas, o cenário de calor e irregularidade de chuvas trazem impactos nas operações de implantação e de manejo das lavouras. Ainda assim, somadas as três safras da leguminosa, a expectativa é uma produção de 3,1 milhões de toneladas.

Soja

De acordo com a Conab, o clima também tem impactado a soja. O plantio da oleaginosa continua atrasado em todas as regiões produtoras, sendo que, em alguns estados, os trabalhos de implantação da cultura ficaram próximos aos da última safra, como no Paraná e em Mato Grosso.

“Com a irregularidade climática, há a sinalização de redução da produtividade nos estados do Centro-Oeste. Em Mato Grosso, as lavouras ainda apresentaram uma evolução satisfatória, mesmo com o pouco volume pluviométrico recebido. Em Goiás, Minas Gerais, Matopiba [sigla para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e no Rio Grande do Sul, a área semeada se encontra bem abaixo do ocorrido na safra 2022/23.”

“Diante deste cenário, a estimativa de produção da soja nesta safra é 160,2 milhões de toneladas. O clima é um fator que pode influenciar neste resultado, principalmente quando ocorrem os estágios de floração e enchimento dos grãos. Os técnicos da companhia continuarão acompanhando o desenvolvimento das lavouras a fim de verificar os impactos das condições climáticas no desempenho final.”

Milho

O levantamento mostra que os extremos climáticos também atrasaram o plantio do milho. Neste primeiro ciclo de cultivo do grão é projetada uma produção de 25,3 milhões de toneladas – queda de 7,5% em relação à safra anterior, enquanto a colheita total de milho está estimada em 118,53 milhões de toneladas.

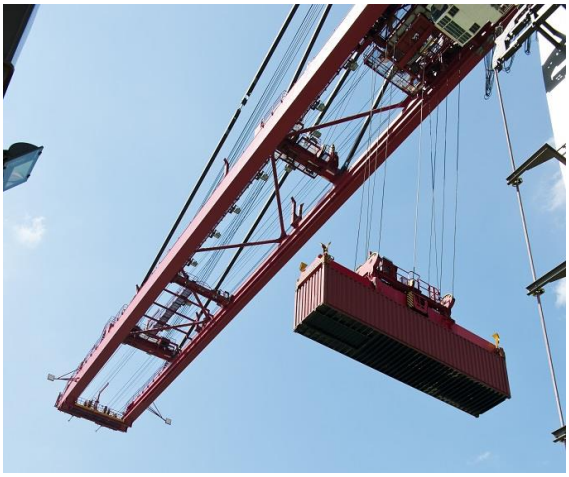
Trigo

Nas culturas de inverno, foi identificada queda na produtividade em quase todos os produtos quando comparada à última safra. Para o trigo, principal produto, as chuvas volumosas, ventanias, granizo, enchentes, muita nebulosidade e poucos dias com sol dificultam a conclusão da colheita no Rio Grande do Sul. O volume de produção está estimado em 8,1 milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

BNDES IDENTIFICA POTENCIAL PARA NOVOS TUPS ENTRE 2030 E 2040

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 07/12/2023 - 16:12



Arquivo/Divulgação

Banco de fomento aponta como desafio melhorar a atual conversão de autorizações em novos terminais. ATP destaca contribuições para programa de desburocratização do governo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) identifica, em projeções setoriais, um potencial de investimentos de novos terminais de uso privado (TUP) entre 2030 e 2040. Um dos desafios apontados pelo banco de fomento é que o setor portuário avance na conversão de autorizações em novos investimentos. A avaliação, com base em dados Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), é que a atual quantidade de autorizações não convertidas pode representar um risco de inibição de investimentos.

“Acreditamos muito nos TUPs. Esse será um grande driver de crescimento. As projeções 2030-2040 apontam para grandes investimentos”, projetou o chefe do departamento de transporte e logística do BNDES, Tiago Toledo Ferreira, durante o Fórum de Portos - Desafios e Oportunidades nos Portos Brasileiros, promovido pela FGV Transportes e pela Amcham, na semana passada, no Rio de Janeiro.

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) informou que vem fazendo reuniões e que o governo está trabalhando, com o Programa Navegue Simples, que pretende desburocratizar o processo. “A ATP já fez suas contribuições ao programa e vamos ver, quando ele for lançado, qual maneira será encontrada para desburocratizar o processo de outorga”, afirmou o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, à Portos e Navios.

Barbosa mencionou que, depois de assinado o contrato de adesão, em que o empreendedor é obrigado a apresentar o termo de referência na questão ambiental e um certificado de disponibilidade da área pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), é necessário começar a trabalhar sobre esses dois aspectos junto aos respectivos órgãos ambientais responsáveis, que pode ser o Ibama ou pode ser um órgão estadual, além da SPU.

Na SPU, o investidor precisa regularizar a parte de terra e regularizar a cessão onerosa do espelho d’água. “São questões que levam tempo, em alguns casos, mais de dois anos. Essa é uma dificuldade de converter um contrato de adesão na construção de novo terminal operado”, pontuou Barbosa.

A ATP aponta a necessidade de previsibilidade e prazos para as respostas durante o processo de licenciamento ambiental, considerando que é um processo muito moroso que envolve audiências públicas, mas que é válido. No que diz respeito à SPU, a principal contribuição da ATP é no sentido de simplificar a fórmula de cobrança da cessão onerosa do espelho d’água.

Para a associação, essa é uma forma um pouco complicada de cobrança, já que envolve o conhecimento, por parte das superintendências regionais da SPU, do valor da terra pública adjacente ao projeto e normalmente são informações de difícil obtenção. A ATP defende que essa fórmula seja simplificada.

Ferreira, do BNDES, destacou que os TUPs lideram o crescimento de carga e disse que o banco de fomento enxerga uma estrutura do mercado que está se verticalizando, com cargas cativas — como minério de ferro, granéis líquidos e granéis agrícolas — e com empresas atuando diretamente como operadores ou com parcerias estratégicas de longo prazo, de 15 ou mais anos contratuais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/12/2023

EBNS CONTINUAM A RELATAR ENTRAVES NO RESSARCIMENTO DO AFRMM

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 07/12/2023 - 16:07

Arquivo/Divulgação

Empresas da navegação interior e da cabotagem vêm apontando inconsistências no sistema mercante desde o começo do ano e estimam, ao menos, R$ 500 milhões represados e liberações em ritmo mais lento

Empresas brasileiras de navegação (EBNs) continuam a relatar demora ou problemas no sistema mercante para ressarcimento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Elas estimam que apesar de algumas liberações ao longo do ano, existe um montante de, pelo menos, R$ 500 milhões represados, considerando a navegação interior e a cabotagem. O pagamento foi restabelecido, mas as liberações que costumam ocorrer todo dia 20 do mês liberam de 15% a 20%

O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani), Dodó Carvalho, disse que o transporte de combustíveis recebeu somente em torno de 15% dos valores represados. “A Receita pagou, no dia 20 de outubro, um percentual do que estava represado para empresas que transportam combustíveis na Amazônia. Essa média de 15% do montante a que as empresas têm direito não tem dado fluidez. Não conseguimos entender qual critério usado para isso”, afirmou Carvalho.

Carvalho acrescentou que as empresas que transportam diferentes tipos de cargas, como grãos, combustíveis e carga geral, estão acumulando valores que seriam uma ‘injeção na veia’ para renovação e manutenção da frota nacional, com recursos para estaleiros e geração de emprego direto.

As empresas alegam, desde o começo do ano, que foram criadas retenções adicionais não aplicáveis que dificultaram o processo de ressarcimento pela RFB, que operacionaliza o processo, além de impactar a melhor destinação dos recursos que tem o objetivo de beneficiar EBNs e a indústria naval. O problema é sentido tanto por EBNs que operam na cabotagem, quanto na navegação interior. Procurada pela Portos e Navios, a Receita Federal não comentou o assunto até o fechamento da reportagem.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) confirma que as EBNs ainda vêm encontrando dificuldades para receber esses valores. “Ainda permanecemos com sérios problemas no ressarcimento e, nos dois últimos meses, estamos até impossibilitados de fazer o pedido, pois aparece mensagem que o navio não é de propriedade da EBN ou que é afretado, direcionando para a Antaq resolver o problema, porém a Antaq mantém os registros atualizado, ao que nos parece”, comentou o diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/12/2023

Este conteúdo também está disponível na *www.mercoshipping.com* e no *www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda*

Fonte : InforMS
Data: 07/12/2023